

Ata número vinte e três

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2025 DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE BELMONTE**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldes Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Secretário da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, António Manuel Botas dos Reis em substituição do Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

1- 1º Período de Intervenção do Público

- 2- *Período Antes da Ordem do Dia*
- 3- *Período da Ordem do Dia*
 - 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
 - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
 - 3.3- *Apreciação e votação do Relatório de ponderação da Consulta Prévia – Plano Municipal de Ação Climática de Belmonte*
 - 3.4- *Apreciação e votação da medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos - ENERAREA*
 - 3.5- *Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano*
 - 3.6- *Apreciação e votação das Contas Consolidadas do Grupo Autárquico*
 - 3.7- *Apreciação e votação da Moção de Repúdio pelo Encerramento do Balcão Bancário da Caixa Agrícola na Vila de Caria*
 - 3.8- *Apreciação e votação do Voto de Pesar pela morte do Padre José Martins Registo*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 – 1º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto seguinte.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua Moção que se transcreve integralmente.

“Moção

Só a Paz interessa a quem vive do trabalho.

Nunca como hoje foi tão importante gritar bem alto:

Paz sim, Guerra Não!

Vivemos tempos de horror e de vertigem para o abismo.

Dos escombros provocados por cada míssil disparado sobressaem os lucros mirabolantes dos fabricantes de armas e mais uma acha para a fogueira.

A guerra é um negócio altamente rentável. E caso não haja procura, é preciso estimulá-la.

A guerra nasce e alimenta-se da mentira, da desinformação, da manipulação e da desumanização do outro.

Como escreveu Saramago: “Culturalmente, é mais fácil mobilizar os homens para a guerra que para a paz”.

Em todas as guerras são os trabalhadores e os povos as principais vítimas. A destruição das fábricas, das escolas, dos hospitais, das vias de comunicação, das infraestruturas e dos recursos naturais afeta sobretudo a vida dos que vivem do seu trabalho, mas também a vida de todos os que lutam pela sobrevivência diária, e são tantos os que no mundo o fazem diariamente.

Na Europa, prossegue a condenável guerra na Ucrânia, que podia e devia ter sido evitada e que urge parar.

No Médio Oriente, o governo de Israel continua a chacinar o povo Palestino, o que faz há décadas sob total impunidade, com a conivência dos EUA e de governos ocidentais, violando sistematicamente todas as resoluções das Nações Unidas.

Contra o genocídio, impõe-se toda a solidariedade com o povo palestino, com a criação do Estado da Palestina, de acordo com as resoluções da ONU, reconhecido já hoje por mais de 140 Estados, ao contrário de Portugal, que mantém uma posição inaceitável e contrária aos princípios constitucionais.

É isso que reclama a petição assinada por mais de cem personalidades entregue no Parlamento no passado dia 24, e com a qual nos solidarizamos. O reconhecimento do Estado da Palestina é uma necessidade urgente e um imperativo moral.

Entretanto, após ter agredido o Líbano e a Síria, Israel desencadeou um perigoso ataque contra o Irão, a que se juntaram os EUA, visando instalações nucleares, o que constitui uma ilegalidade e um escalar da guerra de consequências imprevisíveis.

Os argumentos para o ataque fazem lembrar as armas de destruição maciça no Iraque, que nunca foram encontradas porque não existiam, tendo levado à morte de mais de 1 milhão de iraquianos.

Saliente-se que Israel é único país detentor de armas nucleares no Médio Oriente e que se recusa a ratificar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e a aceitar as inspeções da Agência Internacional de Energia Atómica, ao contrário do que se verifica com o Irão.

Reafirmamos que não há circunstâncias que justifiquem a opção pela guerra.

Condenamos por isso a aprovação de um pacote de 800 mil milhões para “rearmar a Europa”, que representa mais um passo na escalada armamentista e belicista, contrário aos interesses dos trabalhadores e dos povos na busca de paz.

Desviam-se verbas que poderiam ser aplicadas na melhoria das condições de vida das populações, investindo na saúde, na educação, na habitação, nos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Mais dinheiro para armas são mais lucros para os senhores da guerra, maiores sacrifícios e perigos para os trabalhadores e os povos, incluindo o português.

O futuro da humanidade depende do investimento na máquina da paz, como tem referido António Guterres, Secretário-geral das Nações Unidas, não na máquina da guerra.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Belmonte, propõe:

O desenvolvimento de todos os esforços diplomáticos, garantindo o estabelecimento de acordos que assegurem a paz na Palestina e na Ucrânia;

O imediato reconhecimento por Portugal, do Estado da Palestina soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, como determinam as resoluções da ONU.

O fim imediato do genocídio e a entrada da ajuda humanitária necessária, o levantamento do infame bloqueio e o início da reconstrução;

A suspensão do acordo de cooperação da União Europeia com Israel;

A condenação clara, firme e inequívoca do ataque israelita, a que se juntaram os EUA, ao Irão, e a recusa de qualquer envolvimento de Portugal nessa agressão;

O respeito pelos povos, soberanias e o Direito internacional, vigorando sobre unilateralismos, recolocando a ONU na sua função moderadora e garante da Paz.”

O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra e referiu que não tinha compreendido muito bem o teor da Moção uma vez que a mesma era muito extensa.

Aludiu que se era contra a Israel que votava contra.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Jornalistas, Caras e Caros Conterrâneos,

Moção da CDU

Declaração de voto:

Este Grupo Parlamentar reconhece a legitimidade e, mais do que isso, a necessidade da solução de dois estados, devendo o Estado da Palestina ser reconhecido como tal. Este grupo parlamentar é também, sem qualquer dúvida, pela paz, tal como é contra o ataque a civis, seja ele perpetrado por quem quer que seja, e também é contra a invasão de países soberanos.

No nosso entender a moção confunde e mistura diversos assuntos, como por exemplo, a reindustrialização da Europa, que, como é sabido é crucial para o futuro deste continente. Como devem saber, uma boa parte da indústria metalomecânica de diversos países está muito alicerçada na produção de equipamentos com utilização dual. Isto é, para fins civis em simultâneo com fins militares. Portugal pode, deve, e estamos convictos que

vai aproveitar esta oportunidade para tornar a sua indústria mais resiliente. A indústria de defesa, que inclui a luta contra diversas ameaças como das alterações climáticas, de catástrofes naturais, de proteção civil, e de dissuasão é essencial, e, portanto, este grupo parlamentar vota contra.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Moção - Pela Paz” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **9** votos contra, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada do PS (1) (Senhor Deputado David Canelo), **1** abstenção, da Bancada do PS (Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas) e **9** votos a favor, da Bancada do PS (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “Moção - Pela Paz” teve um **empate** dos presentes na votação.*

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, comunicou que uma vez que estavam na presença de um empate, não assumiria a responsabilidade da aprovação, sem antes ler novamente a Moção, o que poderia levar eventualmente, a uma alteração do seu voto. Todavia, questionou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), se pretendia retirar a Moção e de a apresentar posteriormente.

Frisou que na reunião da Comissão Permanente essa Moção também não tinha reunido consenso.

Seguidamente solicitou aos Senhores Deputados que posteriormente voltassem a esta questão ainda neste período da Ordem do Dia.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração Política que se transcreve integralmente.

“Declaração Política

Apreciação sobre o Programa do XXV Governo

Enquanto as gravíssimas consequências do escalar da guerra, já se fazem sentir, nomeadamente no preço dos combustíveis, o governo PSD/CDS, com apoio do CH e IL, e a mãozinha do PS, aprovou um programa que condenamos e rejeitamos claramente, o qual não só não dá resposta aos problemas do país, que continua a várias velocidades, com vastas zonas do território, como é caso da nossa, a ficarem para trás, como confirmam os dados mais recentes do Índice Sintético do Desenvolvimento Regional, publicados pelo INE.

Um programa que refere um pacto para o interior, uma generalidade, mais uma, enquanto ignora a regionalização, sem a qual não haverá descentralização efetiva, e insiste na transferência de competências para as autarquias, ou seja, em mais encargos e responsabilidades, pondo em causa a universalidade de acesso das populações aos serviços públicos fundamentais.

Um programa que promove a política de baixos salários, apontando para o salário mínimo de 1100 euros em 2029, quando SMN em Espanha é hoje de 1134 euros, e pretende rever a legislação laboral para aumentar ritmos de trabalho e desregular horários, atacar a lei da greve, e o direito às férias – propondo, note-se, que compremos dias de férias, num país em que a maioria dos trabalhadores ganha salários de miséria e não consegue pagar uma semana de férias fora de casa? Isto é gozar com quem trabalha!

Um programa que insiste em deixar o direito à habitação entregue à especulação, numa política fiscal que prevê a redução de IRC que só beneficia as grandes empresas e que aprofunda o ataque ao SNS, com as Parcerias Público-Privadas, à Escola Pública e à Segurança Social.

Trata-se, efetivamente, de um programa que cheira a troika, que o povo já rejeitou e derrotou e há-de derrotar de novo, com a força desse mesmo povo.

Pela nossa parte, cá estaremos na luta pela defesa dos direitos e melhores condições de vida, pela rutura com esta insustentável situação e abrir caminho ao desenvolvimento, à justiça e ao progresso social da nossa terra e do nosso País.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Fim de Mandato

Realiza-se hoje, provavelmente, a última Assembleia Municipal, referente ao mandato autárquico 2021/2025, pelo que não posso deixar de, em primeiro lugar aproveitar o ensejo para expressar o meu profundo agradecimento a todos que comigo partilharam este mandato, pela forma empenhada, digna e rigorosa, como afirmaram os valores em que acreditamos e dignificaram a confiança dos eleitores, defendendo as suas aspirações.

Foi para mim, uma honra e um privilégio ter podido cumprir esta missão convosco e continuar a contar com a vossa amizade e o vosso trabalho em prol das pessoas.

É uma realidade que o trabalho autárquico nunca está terminado.

Em termos autárquicos este não foi um mandato fácil.

No início do mandato, deparamo-nos com alguns constrangimentos financeiros.

Depois enfrentámos uma pandemia que nos dificultou a vida em vários aspetos, e que acentuou e tornou mais visível a crise económica e social que atravessámos, e que também impactou no relacionamento interpessoal e nos valores da solidariedade e da generosidade, e num período em que já se ia avistando a luz ao fundo do túnel, eis que emerge de novo a crise com as consequências do novo patamar da guerra na Ucrânia.

Consequências que se traduzem no retorno do aumento do custo de vida, nas dificuldades também para que as autarquias locais possam cumprir os seus compromissos com destaque para a realização de obras e para a aquisição de serviços.

Durante os primeiros anos foi feita obra que nem para todos era visível, mas foi feita e, claramente, que a maior de todas foi o saneamento financeiro efetuado.

Recuperámos a nossa autonomia financeira e, com ela, a nossa liberdade de ação, sem estarmos dependentes nem de controlos de PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), e muito menos de FAM (Fundo de Apoio Municipal) (que para alguns ainda esteve apontado à nossa cabeça).

As obras hoje em curso, ainda que mais visível, não é eleitoralista.

É feita na altura possível, depois de reposta a estabilidade financeira.

Mas relembro, nunca deixou de se fazer obra, de se modernizarem os serviços, o atendimento ao público, a melhoria do serviço de águas, a recuperação de algum parque de máquinas municipais, o apoio à cultura, ao associativismo, à educação, à CPCJ, aos serviços sociais da Câmara, o apoio às nossas Juntas de Freguesia, entre tantas outras coisas, daí que estas sejam meramente exemplificativas.

Mais uma vez, tenho orgulho do PS, dos seus eleitos, que no Executivo fizeram, um trabalho que deixa marcas de progresso, desenvolvimento e bem-estar no nosso concelho.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores que apoiam e suportam o Executivo, bem-haja pelo excelente trabalho desenvolvido.

Senhores Vereadores da oposição, o nosso muito obrigado, não menos reconhecido, e muito prezado, pelo, também, excelente feito em prol do Município e dos seus Municípes.

Democracia é isto.

Há posição e oposição, há liberdade de opinião e de expressão, há a luta pelos projetos e opções, que podendo ser diferentes, são sempre em prol do bem-estar comum e do desenvolvimento do concelho

E porque, estamos a alguns meses de eleições autárquicas, quero também deixar o bem-haja, o meu agradecimento pessoal, político e institucional a todos os presidentes de Junta de Freguesia do nosso concelho.

A todos reconheço um trabalho de eleição, de esforço e dedicação, com prejuízo da vida profissional e pessoal, que urge reconhecer e saudar, valorizar e agradecer.

Repito, a todos, muito obrigada, pelo trabalho desenvolvido.

Aos meus colegas membros da Assembleia Municipal reconheço o interesse e empenho na luta pelo bem-estar e desenvolvimento do nosso concelho, mesmo que isso, por vezes, levasse a discussões mais acesas, e às vezes, nem sempre da forma mais correta.

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amândio Melo, ilustre referência do nosso Concelho e utilizando uma conhecida expressão, tiro o meu chapéu, pela forma cívica, elevada, superior com que sempre conduziu os trabalhos deste órgão, mesmo quando, injusta e pessoalmente atacado, de forma, muito pouco democrática e correta.

Senhor Presidente, obrigada pela honra que nos dá ao presidir este órgão.

Não vou enunciar as intervenções que aqui tivemos e as causas pelas quais nos debatemos, por que elas estão registadas em Ata e isso para nós é suficiente.

Penso que contribuímos para algumas soluções

A democracia é isto e há que respeitar sempre os resultados do povo eleitor, goste-se ou não.

Não é o Povo que está errado, somos nós que por vezes, erramos.

Por isso devemos sujeitarmo-nos a esse veredicto.

Queria também, deixar uma saudação a todos os trabalhadores do Município e aos outros apoios, que nos têm ajudado a tomar decisões corretas e bem fundamentadas.

Sendo assim, penso que o balanço é positivo na certeza de que no próximo mandato, se continue a trabalhar, com as divergências e com as opiniões diferentes, mas naturalmente, com as condições de, com um funcionamento regular do Órgão, encontrar os caminhos para o nosso Concelho, que sejam os mais consensuais e os mais corretos.

Por fim, o meu profundo reconhecimento a todos, pelo trabalho que realizamos, pelo apoio e troca de experiência, pelo que aprendemos e que tornou mais fácil estar ao serviço dos Municípios do Concelho de Belmonte.

Dizer também que foi para mim um grande orgulho ser líder da Bancada do Partido Socialista.

Faço votos sinceros que esta casa continue no caminho do diálogo e do debate, mas sempre num sentido construtivo e de progresso.

Bem hajam a todos.”

Continuou com a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Seguidamente tenho mais um ponto. Não poderia deixar de saudar todos os que contribuíram e participaram nas marchas de Belmonte. Todos nós sabemos que houve as marchas em Belmonte, e que continuam a ser um sucesso. Queria aqui também saudar os quarenta e quatro participantes da marcha principal, as trinta e sete crianças, e também as instituições sociais locais que participaram. A Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, o Centro de Assistência Paroquial de Caria, o Centro Social e Paroquial do Imaculado Coração de Maria de Colmeal da Torre, bem como as marchas convidadas da Lourinhã e de Alcabideche, bem como a Banda de Belmonte que colaborou também nestas marchas. Dar os parabéns este ano também à organização, pelo esforço que fez na promoção e divulgação do evento, pois não podemos esquecer que o concelho esteve em antena pelo menos por três vezes. Esteve na TVI no programa “Em Família”, onde foi divulgado Belmonte e as marchas, no programa do Goucha, das catorze às vinte horas, onde foram promovidos os produtos de Belmonte e a Feira Medieval e na RTP no programa da manhã. Portanto penso que a organização Associação Belmonte em Movimento, está de parabéns. Belmonte está de parabéns. Penso que foi um grande evento que não podemos esquecer. Oxalá o futuro que me parece risonho assim continue.

Vou passar agora a uma outra segunda fase desta intervenção. Não podia realmente e depois de aquilo que se passou, depararmos com publicações do Grupo Parlamentar do PSD de Belmonte, em que põe em causa o padrinho das marchas. Efetivamente toda a gente sabe que o Hugo Adolfo, o cidadão Hugo Adolfo, que já pertencia à Junta na altura do Senhor Mariano, que é Presidente de Junta já há quatro anos, foi convidado pela Associação Belmonte em Movimento, para ser padrinho das marchas. Isso não é incompatível, nem foi nessa perspetiva de fazer campanha política que o cidadão

Hugo Adolfo, aceitou ser padrinho das marchas. É uma questão de cidadania. Ele aceitou individualmente, não é por ser Presidente de Junta. É o terceiro ano. Também queria saudar o Senhor Mariano, que é Vereador eleito pela lista do PSD, que foi marchante, esteve na televisão na primeira fila, penso que como belmontense e não em representação do PSD, nem fazer qualquer tipo de campanha pelo PSD, teve como cidadão, porque é marchante. Não podemos começar a esta distância das eleições começar já com esta campanha da maledicência e a dizer que está tudo mal e que há um aproveitamento. Certamente e segundo me constou este ataque ao Presidente da Junta de Belmonte é porque ele é do PS, e talvez como recusou ser candidato por outra força política, talvez por isso é que surge este desconforto de ele ter sido o padrinho ou marchante. O Senhor Presidente de Junta não precisa de advogado de defesa, sendo que hoje não pode estar, se não também teria alguma coisa a dizer, mas como envolve o Partido Socialista, tenho a obrigação de dizer que o Partido Socialista, nem se aproveitou deste evento. Só acho um bocado estranho porque é que neste ano de eleições é que se vem levantar este problema. No primeiro ano das marchas até foi o Luís Elvas que é do PSD e depois a seguir é que foi o Hugo Adolfo, como cidadão.

Outro assunto que também é necessário esclarecer, e que vem nesta sequência que ainda estamos tão longe das eleições, é que nós em princípio não teríamos nada a ver com isso se não envolvesse o Presidente da Câmara, e logicamente ao envolver o Presidente da Câmara, também envolve o PS. Quando viemos a saber, e nós não temos nada a ver com as escolhas partidárias, que o atual candidato indicado pelo PSD, na altura terá dito que não o seria porque tinha um pacto com o Presidente da Câmara, a troco de apoios financeiros para a instituição. Ora isto é uma situação grave que obrigou o Senhor Presidente da Câmara, a vir publicamente desmentir que não havia pacto nenhum. E não há pacto nenhum. A realidade é que fica sempre a dúvida, mas terá sido utilizado esse argumento para não se aceitar a candidatura na altura? isso é que nunca ficou esclarecido, porque ninguém se pronunciou nem o PSD, nem individualmente ninguém, sobre o comunicado que o Senhor Presidente da Câmara, veio dizer que efetivamente a informação não tinha fundamento e que efetivamente era uma situação incorreta, porque isto seria muito grave, que se utilize esses argumentos para se justificar outros. Portanto o Senhor Presidente da Câmara, nunca poderia ter um pacto com ninguém a troco de apoios, porque isto não seria certamente ético, e transparente para ninguém.

Por fim, e não menos importante, tivemos conhecimento que há um vídeo promocional “É para mudar Belmonte”. Tudo bem que façam aquilo que entender, mas aparece lá uma imagem que fala em ruínas, estagnação e dívida. Isso é que eu acho que é grave e é grave porquê? Porque temos de ver aquelas chamadas ruínas, aquilo que aparece no vídeo é propriedade da Santa Casa. Portanto não pode haver promoções ou confundir a “floresta com a árvore”. Quer dizer isto, levamos tudo a eito e vamos informar mal. Mas se é para informar, tem de se informar bem e temos de voltar a vinte anos atrás. Talvez alguns ainda fossem muito novos e ainda não andavam nisto, outros se calhar ainda cá não

estariam no concelho. Há vinte anos aquelas ruínas agora chamadas de ruínas, foram construídas pelo então provedor João Gaspar, vêm do tempo do Senhor João Gaspar, que queria fazer lá um lar e que nunca conseguiu. E porquê? Não tinha estrutura para isso, a Santa Casa veio sofrer um colapso económico, que ainda hoje está a sentir esse reflexo, já recorreu duas vezes ao Fundo de Socorro Social para se manter. O promotor do vídeo, que é o Tiago, devia saber isso, porque ele esteve nos órgãos sociais, no definitório chamado Conselho Fiscal, no último mandato e sabe o que é que se passa com aquela estrutura em Caria, o Senhor Dias, que está aqui, que é o tesoureiro da Santa Casa e que faz parte da Bancada do PSD, sabe as condições em que a Santa Casa foi deixada, portanto nós não podemos andar para a frente a dizer coisas que não são verdades. O Município de Belmonte tem tentado arranjar uma solução para aquela estrutura.”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Este assunto não era para ser tratado desta forma. Acho que isso é claro.

O meu pai é o meu pai, eu sou eu. Misturou aqui as coisas, é mau demais. Mas mostra o que é a pessoa Luís António.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), retomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Câmara Municipal tem tentado dar vida àquela estrutura, tentou uma ERPI, depois não houve prosseguimento. Mas neste momento em colaboração com o Município de Belmonte, está feito um projeto para a construção de habitação colaborativa e comunitária para trinta casas, para sessenta residentes, tal como consta na Informação do Senhor Presidente da Câmara, que está junto aos documentos desta Assembleia.”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou novamente a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Quero dizer ao Senhor Luís António, que acho que era escusado esta intervenção dele, até porque o vídeo é bastante explícito, não tem de trazer para aqui nenhuma conexão entre o que é o vídeo e a Santa Casa de Misericórdia, porque não é em nenhum ponto uma acusação à Santa Casa, é sim à inércia e ao imobilismo do Município, que já apresentou por diversas vezes projetos para aquela zona e até para zonas ali perto e nunca foi concretizado nada. Por isso Senhor Luís António, que foi membro da direção com o meu pai, foi presidente da direção de outras associações que sabemos bem como é que as deixou e nunca ninguém veio para aqui acusá-lo do quer que seja. Portanto devia ter o sentido de responsabilidade, por mais que o pensasse porque eu sei que pensa. Eu tenho as suas declarações em tribunal e aquilo que disse do meu pai. Eu sei o que você disse. E foram afirmações falsas. Foram provadas quando o meu pai foi ilibado. E o Senhor nunca foi capaz de assumir isso, pois não? Isso é que é grave Senhor Luís António e agora obriga-me a dizer isto aqui que eu

mantive durante muitos anos dentro de mim. Porque eu tenho o processo em casa, eu li o processo e sei bem o que você afirmou em tribunal. E sei, porque você apunhalou-o pelas costas a pessoa que era o diretor da Santa Casa, do qual você pertencia à direção. Isso é que é vergonhoso. Está a ver? Isso é o que mostra o seu carácter. E agora voltar aqui com este assunto, fazer essa ligação entre uma coisa que não tem nada a ver, porque aquele vídeo é sobre o Município, porque estamos a falar de eleições autárquicas, ninguém está a candidatar-se à Santa Casa. O Senhor não tinha nada que ter feito este tipo de intervenção, que é uma intervenção baixa, muito baixa. Ligou concretamente eu como Membro desta Assembleia ao meu pai, que nem é para aqui chamado, porque ele nem está aqui. Nem vou dizer mais, porque é mau de mais, acho que você, não sei se tem consciência suficiente para chegar a esse ponto para perceber o que é que acabou de dizer. Mas lembre-se de uma coisa, nunca o acusei do que fez à banda e do que fez à Rádio Caria, pois não?"

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou novamente a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

"Sobre o pacto que referiu o Senhor Luís António, devo dizer que em primeiro lugar se há alguém chocado com essa acusação sou eu, e essa acusação foi feita pelo ex-Presidente da Comissão Política de Secção do PSD, quanto parece ser publico. Devo dizer-lhe que aquilo que acabou de relatar não é verdade, porque eu próprio tive a oportunidade na Rádio Cova da Beira, de esclarecer que rejeito liminarmente qualquer pacto feito com quem quer que seja, que eu não faço pactos. E por isso é como lhe digo, eu é que fui alvo de um ataque pessoal e difamação. Portanto, não reconheço aqui nenhuma legitimidade com todo o respeito, digo isto para trazer este assunto, porque se alguém que foi ofendido fui eu. Portanto fica este esclarecimento. A pessoa mais suspeita de facto esclareceu publicamente, o Senhor Presidente de Câmara, tal como eu o fiz. Portanto penso que sobre isso estamos esclarecidos."

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou novamente a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

"Vou começar por responder ao Senhor Deputado António Marques. Efetivamente a partir da altura em que o Senhor Presidente esclareceu que não havia pacto, este assunto para nós ficou fechado. A única coisa que se levanta é se na altura o professor António Marques, terá dado essa desculpa ou não ao Olivier. Portanto é verdade ou é mentira? Só essa dúvida.

Relativamente ao Senhor Tiago, que agora utiliza um tom sempre muito agressivo. Eu não trouxe aqui questões pessoais nenhuma, só vim aqui para dizer que aquela estrutura foi construída há vinte anos, pelo então provedor João Gaspar. É verdade? É mentira? É verdade que eu fui nesse processo testemunha e que disse aquilo que tinha a dizer.

Esse processo está encerrado, foram vocês que falaram na dívida. Eu não trouxe para aqui ataques pessoais a ninguém. As pessoas não podem entender isto como ataques pessoais. Aquilo que houve ataque, foi confundir uma estrutura que é da Santa Casa com obras da Câmara Municipal, que não tem nada a ver com isso. Ainda hoje aquele terreno é da Santa Casa, portanto é a Santa Casa que é responsável por aquilo, o Município não tem nada a ver. O Município tem tentado dar vida aquele espaço. E não pode haver gincana política por causa disso, ou vir como arma de arremesso contra o Município, utilizando coisas de instituições particulares, é só isso que eu quero dizer. O Município tem tentado resolver a bem do concelho.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidadãos e Público que assistem a esta reunião, e muito especialmente a todos aqueles gostariam de estar a assistir a esta Assembleia Municipal através dos meios audiovisuais, mas não podem porque o PS de Belmonte não quis. Não quis, mas isso é algo que pode mudar. E essa mudança, caros Belmontenses, estará na vossa mão na próxima eleição autárquica a realizar em breve. A escolha é muito simples. Se querem que a casa da democracia que é a Assembleia Municipal, cultive a plena democracia, maior acessibilidade, e a transparência, então a vossa decisão vai ter de ser mudar. E é mesmo para mudar!

E essa mudança está na vossa mão.

Ponto nº1 – Exº Sr. º Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte, de acordo com a al. f) do nº 1 do art.º 53º da Lei nº 169/99, venho solicitar á mesa, que nos sejam entregues os extratos de conta corrente de todos os contratos de prestação de serviços, e avenças realizados pelo Município desde 2021. Relembro que desde o início do mandato que temos solicitado documentos que pese embora a obrigatoriedade de entrega, nunca os mesmos nos foram entregues. Nunca.

E o que lhe estou a pedir está tão só ao alcance de 3 cliques num computador. Será desta vez, que os documentos vão aparecer Senhor Presidente da Assembleia Municipal?

Ponto nº 2 - Situação dos concursos de pessoal. Senhor Vice-Presidente, já não é primeira vez que questiono este assunto nesta Assembleia. Os recursos humanos e a sua devida valorização (e valorização não é necessariamente sinonimo de remuneração) são uma preocupação sempre presente e importante nesta bancada do PSD.

Por isso é com alguma estupefação que sou confrontado com informações da existência de trabalhadores que após término dos respetivos contratos de trabalho com o município assinam contratos com a Santa Casa de Misericórdia e prestam serviços em instalações geridas pelo Município. Senhor Vice-Presidente confirma ou não esta informação?

A ser verdade qual o motivo e fundamentação legal para esse procedimento?

Ponto nº 3. O Centro de Saúde de Belmonte, não tem o sistema de climatização ativo. Com as temperaturas elevadas próprias desta altura do ano, considero que a ausência de climatização não proporciona as mínimas condições quer para os trabalhadores quer para os utentes do centro de saúde.

A ausência de climatização afasta, utentes e afasta os profissionais de saúde. Senhor Vice-Presidente é desta forma que querem captar profissionais de saúde para o nosso concelho?

Ponto nº 4. É notória a ausência e/ou deficiente sinalização nas obras realizadas pelas equipas técnicas e operacionais da Câmara Municipal de Belmonte. Senhor Vice-Presidente está ciente dos riscos quer para os profissionais a Câmara, quer para os restantes utentes da via?

Refiro-me por exemplo às obras na estrada que vai do Ginjal à Grasil. E também à equipa que faz as limpezas de bermas, onde verifico que na maioria do tempo das atividades, não existe a devida sinalização.”

Seguidamente referiu que o Senhor Deputado Luís António (PS), não tinha moral para fazer as insinuações que tinha feito relativamente ao antigo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belmonte.

Aludiu que recentemente o Senhor Deputado Luís António (PS), tinha sido humilhado numa Sessão de Assembleia Municipal por um antigo funcionário da rádio Caria e que o mesmo não se tinha defendido.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Senhor Presidente, na última reunião da Assembleia Municipal coloquei a V. Exa uma questão relacionada com uma certidão, ou extrato de ata, por sinal respeitante à desagregação da União de Freguesias, e que continha apenas a declaração de voto do PS. Disse na altura o Senhor Presidente que iria confirmar e retificar a situação. Ao contrário do que este Grupo Parlamentar lhe solicitou, não nos fez chegar cópia da nova redação. Neste contexto, pergunto-lhe se já procedeu à retificação e substituição dessa certidão junto de todas as entidades onde ela ficou disponível, pedindo novamente que seja distribuída a esta Assembleia.

Senhor Vice-Presidente, disse V. Exa nesta Assembleia que as estruturas nas rotundas norte e sul foram oferecidas pelo PS à Câmara Municipal de Belmonte. Essas estruturas não foram usadas durante todos estes anos, contribuindo para a poluição visual. Tenho duas perguntas:

1- Essas estruturas são propriedade de quem?

2- Essas estruturas vão ser usadas pelo PS nos próximos atos eleitorais?”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que ainda não tinha rececionado o parecer jurídico que tinha sido solicitado aos Serviços Municipais, pois caso já o tivesse rececionado já o tinha remetido.

Asseverou que assim que o receba irá remetê-lo logo, pois não tinha problema nenhum.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), aludiu que se não enviam os documentos era porque não os recebiam, pois, os mesmos não estavam guardados nos Serviços da Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“1 - No início do ano caiu um muro suporte da estrada, na rua Centrum Cellas em Colmeal da Torre. Já trouxe aqui este assunto, continua tudo igual pergunto qual o ponto de situação.

2 - Não é novidade para ninguém que chove dentro do pavilhão gimnodesportivo em Belmonte. Pergunto se está previsto o arranjo referido ao pavilhão antes do próximo ano letivo.

3 - Depois dizer ainda, que este Executivo do Partido Socialista, está prestes a terminar o mandato e deixa no concelho, uma marca muito negativa em todos nós.

Exemplos:

Esgotos no concelho a céu aberto;

Condutas de água com mais de 50 anos;

Na saúde falta de Médicos;

Na educação, falta de um pavilhão na escola para desporto;

Estradas do concelho uma vergonha;

Fibra ótica só para alguns;

Rede de telemóvel em alguns sítios nem vê-la, basta ir ao Intermarché;

Rede viária no concelho não existe;

Espaços verdes mal cuidados;

A juntar a tudo isto tivemos o aumento do IMI;

As associações que ficaram um ano privadas de subsídios;

É tempo de o concelho refletir, o que quer, e para onde quer ir, uma coisa eu quase tenho a certeza que a maioria das pessoas não gostaram do trabalho deixado por este Executivo.”

A Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua Recomendação que se transcreve integralmente.

“Recomendação

CCAM: manter a porta aberta e não erguer muros

Ao abrigo da alínea e) do nº 2 do Art.º 23º do Regimento da Assembleia Municipal de Belmonte, a Bancada do PSD apresenta a seguinte recomendação:

A agência bancária da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e económico do concelho de Belmonte, e em particular na Vila de Caria, dado ser a única agência aí disponível. A presença de uma instituição financeira não só facilita o acesso ao crédito e outros serviços financeiros, mas também promove a inclusão financeira, essencial para o crescimento sustentável. Trata-se de um serviço fundamental para o desenvolvimento económico local, pois permite serviços aos particulares e empresas que possibilitam o seu crescimento, a sua inovação e criação de emprego.

Além disso, oferecem serviços de gestão financeira que ajudam as empresas a operar de maneira mais eficiente e lucrativa. É um serviço que incentiva o empreendedorismo e atrai novos investimentos para a região.

No âmbito social, a agência bancária promove a inclusão financeira, permitindo que mais pessoas tenham acesso a serviços bancários básicos, como contas à ordem, poupanças, soluções de investimento diversificado, e soluções de crédito. Isso é particularmente importante em áreas rurais ou menos desenvolvidas, onde o acesso a esses serviços pode ser limitado. A inclusão financeira contribui para a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida, proporcionando às pessoas as ferramentas necessárias para gerir melhor os seus recursos financeiros.

As agências bancárias também desempenham um papel vital na facilitação de transações comerciais, pagamentos e transferências, que são essenciais para o funcionamento diário das empresas e da economia local.

Pelo exposto, atentos à importância da agência bancária para o desenvolvimento social e económico da Vila e Freguesia de Caria, e do concelho de Belmonte, é imperativo que a câmara Municipal de Belmonte faça tudo o que estiver ao seu alcance para impedir o encerramento deste balcão, devendo evitar posições fraturantes que coloquem em causa a manutenção dessa agência bancária.

Deste modo, recomenda-se à Câmara Municipal de Belmonte que dialogue com o Conselho de Administração da CCAM, destacando os impactos negativos que o encerramento teria na comunidade, e avaliando as condições necessárias para a sua manutenção, de forma a explorar incentivos ou parcerias que tornem viável a continuidade das operações da agência bancária.

Esta recomendação deve ser votada pela Assembleia Municipal, que se espera que acolha o voto favorável de todos os Deputados, munindo assim o Executivo de mais uma ferramenta de negociação e persuasão que impeça o encerramento de um serviço fundamental para a população do concelho, especialmente da freguesia de Caria.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Todos sabemos a que fim se destina esta recomendação, sendo que nós concordamos na íntegra, se nós não tivéssemos uma Moção, que até foi levada à Comissão Permanente e que está na Ordem de Trabalhos, nós até aceitaríamos, mas não podemos aceitar, quando temos uma Moção na Ordem de Trabalhos para votar.”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Senhor Presidente, está aqui no Regimento, e diz o Artigo 23º, que o período de “Antes da Ordem do Dia” destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.

Este período inicia-se com a realização pela mesa dos seguintes procedimentos:

e) Discussão e votação de recomendações e pareceres. Portanto tem de ser colocado a votação.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e informou que iria votar contra a Recomendação apresentada pela Bancada do PPD/PSD, uma vez que os mesmos estavam a passar por “cima” dos colegas que apresentaram a Moção atempadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Recomendação - CCAM: manter a porta aberta e não erguer muros” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **11** votos contra, da Bancada do PS (10) e da Bancada do CDU (1), **0** abstenções, e **8** votos a favor, da Bancada do PPD/PSD), pelo que a “Recomendação - Recomendação - CCAM: manter a porta aberta e não erguer muros?” **não foi aprovada por maioria** dos presentes na votação.*

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Começo a minha intervenção, só para por um ponto final na conversa de há pouco. Quero dizer que tenho mesmo muito orgulho no meu pai e que se calhar não teria tanto se o meu pai tivesse sido outra pessoa.

Para o Senhor Luís António, que traz aqui uma retórica para me atacar pessoalmente única e exclusivamente porque é facilmente desmontável a retórica que usou, porque no dia 7/05/2025, ou seja, há muito pouco tempo, há uma notícia escrita pelo jornalista que está aqui presente hoje, João Miguel Alves, sobre o projeto de habitação

colaborativa de Caria aprovado. Uma notícia da Câmara com a fotografia exatamente daquele sítio.

Então para isto já vale? Mas para o contra não vale. Foi isto que o Senhor Luis António trouxe para justificar o ataque que me fez? E agora ainda se quis desculpar. Está aqui a prova de que o ataque foi única e exclusivamente à minha pessoa e ao do meu pai.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Com todo o respeito ao Senhor Deputado Luís António, espero que os seus filhos não sofram aquilo que o Senhor fez ou tentou fazer aqui ao Tiago. Espero bem que os seus filhos não cheguem ao pé do pai e perguntem assim: ó pai, é verdade que tu apresentaste um, Regulamento para as transmissões online numa Sessão de Assembleia Municipal e depois votaste contra? Qual vai ser a resposta que o Senhor vai dar aos seus filhos? Eu nunca vou, nem o Tiago, chegar ao pé dos seus filhos a questionar sobre isso.”

O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra aludiu que aquilo que se estava a passar na Sessão de hoje não abonava a ninguém. Que lhe parecia uma discussão sem jeito nenhum. Logo ficava-lhes mal.

Mencionou que tinham existido intervenções que mal tinha percebido, nomeadamente a da Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), relativamente a Israel e à Palestina.

Frisou que queria dizer que tudo aquilo que fosse para condenar o Estado de Israel votava sempre contra, pois era uma questão pessoal e de sensibilidade.

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A minha intervenção neste período de antes da ordem do dia visa solicitar esclarecimentos urgentes e detalhados sobre uma notícia recentemente veiculada pela Rádio Cova da Beira, que dá conta da intenção da Câmara Municipal de avançar com a assinatura de um protocolo para a colocação de dois médicos na extensão de saúde de Caria.

Qualquer notícia que aponte para a melhoria dos cuidados de saúde no nosso concelho é, em princípio, uma boa notícia. Contudo, a minha experiência em assuntos da governação obriga-me a analisar não apenas o que se anuncia, mas como e quando se anuncia.

A notícia, importa sublinhar, está redigida na linguagem da intenção, não na da concretização. Expressões como "pode voltar a ter", "quer avançar" e "espera ver concretizado" são semanticamente débeis e geram mais incerteza do que segurança. Os cidadãos, em especial os de Caria, que há tanto tempo anseiam por esta solução, merecem factos, não expectativas.

Este não é um problema novo. A necessidade de um médico de família em Caria tem sido uma preocupação recorrente e veementemente expressa nesta mesma Assembleia. Recordo as intervenções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, que já em fevereiro de 2024, nesta casa, clamava por "uma solução para um médico de família". A questão arrasta-se, portanto, há demasiado tempo.

Acresce que é do conhecimento público que o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Caria, na sua diligência e em representação dos seus fregueses, encetou negociações diretas com profissionais de saúde, tendo manifestado a intenção de apresentar a esta Câmara uma solução viável, solicitando o devido apoio para a sua participação. O que nos leva a uma questão incontornável: este súbito anúncio da Câmara Municipal não será, no fundo, a apropriação política de uma solução encontrada e negociada por um outro autarca, nomeadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, que diligentemente fez o trabalho que ao Executivo Municipal competia?

Acresce ainda que a transferência de competências no âmbito da saúde, que incumbiu o Município da gestão destas unidades, não é recente. O relatório de gestão de 2021 já antecipava que, a partir de 1 de abril desse ano, o planeamento e gestão das unidades de saúde passariam para a esfera municipal, e que a gestão do pessoal de apoio seria uma competência imediata.

Face ao exposto, e para que esta Assembleia e os munícipes possam aferir da realidade e do alcance do anúncio, solicito ao Executivo Municipal respostas claras e inequívocas às seguintes questões:

1. Sobre o Protocolo: Qual a forma exata deste protocolo? Quais as obrigações financeiras e operacionais para o Município e para a Unidade Local de Saúde? Qual o seu custo e qual a dotação orçamental que o suporta, considerando que não vislumbro verbas específicas para este fim na recente revisão orçamental aprovada?

2. Sobre o Momento: Por que razão apenas agora, em meados de junho de 2025, surge esta "intenção", quando o problema é conhecido e debatido nesta Assembleia há anos 2 e a competência é municipal há um tempo considerável?

3. Sobre a Inação Passada: O que impediu o Executivo Municipal de encontrar uma solução mais cedo, deixando os utentes da extensão de saúde de Caria privados de um acesso regular e estável a um médico de família durante tanto tempo?

4. Sobre a Concretização: O que falta, concretamente, para que se passe da "intenção" ao "ato"? A notícia refere um objetivo a concretizar em julho. Estamos a meros dias de distância. A que se deve esta aparente imprecisão?

Senhor Presidente, perante a ausência de ação durante anos e a súbita emergência desta "intenção", é inevitável questionar: estamos perante uma solução real para um problema grave ou perante um anúncio meramente eleitoralista, que visa colher frutos políticos à custa da esperança dos nossos munícipes?

Notícia seria a assinatura do protocolo e a apresentação dos médicos à população, não a mera intenção de o fazer. O primeiro é governação, o segundo é propaganda.

A saúde dos nossos concidadãos não pode, nem deve, ser uma variável de ajuste no calendário político.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar novamente à votação da “Moção - Pela Paz” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se 9 votos contra, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada do PS (1) (Senhor Deputado David Canelo), 2 abstenções, da Bancada do PS (Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas) e 8 votos a favor, da Bancada do PS (7) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “Moção - Pela Paz” **não foi aprovada por maioria** dos presentes na votação.*

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, encontrava-se de férias.

Posteriormente deu as boas-vindas ao Senhor António Manuel Botas dos Reis, por ser a primeira vez que estava presente numa Sessão de Assembleia Municipal.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), e em relação aos documentos, aludiu que o mesmo lhe enviasse diretamente para o seu email para que o próprio pudesse encaminhar diretamente para a pessoa que iria fazer isso.

No que concerne aos concursos dos funcionários, aludiu que os mesmos estavam a decorrer já a algum tempo, uma vez que eram muitos funcionários. Informou que existiam alguns concursos mais adiantados do que outros, sendo que outros já tinham terminado e que até já existiam funcionários que até já tinham iniciado funções. Asseverou que lhe tinham assegurado que à partida até ao final do mês de julho ficava tudo resolvido.

Mencionou que como deveriam calcular, esses funcionários iriam ser necessários, caso contrário não estariam cá.

Aludiu que para poderem continuar com os funcionários quando o contrato de prestação de serviços terminava, e não podendo os mesmos renovar com o Município, o Município tinha um protocolo com a Santa Casa de Misericórdia de Belmonte, sendo que os funcionários iriam para as mesmas funções. Todavia, não queria dizer que esses funcionários iriam ficar, uma vez que era um concurso público, sendo que posteriormente iriam ser descortinados como já tinham sido nessas fases.

Em relação ao ar condicionado do Centro de Saúde, informou que o mesmo tinha tido um problema alguns dias atrás, sendo que o problema já tinha sido resolvido. Contudo queriam manter o ar condicionado a funcionar da melhor forma, porque o mesmo iria ser

intervencionado, por isso não queriam estar a fazer uma obra de fundo, porque quando terminassem as obras no Centro de Saúde de Caria, a mesma empresa iria iniciar as obras de requalificação do Centro de Saúde de Belmonte.

No que se refere à sinalização das obras, e daquilo que foi vendo na Rua dos Bombeiros Voluntários é que a estrada estava fechada e que a sinalização tinha sido trabalhada para não existir qualquer constrangimento. Contudo poderia existir alguma questão em relação ao Ginjal/Grasil.

Frisou que relativamente a este assunto da sinalização, existiu sempre a preocupação de se fazer um relatório antes da obra iniciar, sendo que o mesmo passava sempre por si.

Quanto à questão de os funcionários andarem a fazer a limpeza nas estradas, mencionou que iria informar a engenheira responsável por esses trabalhos, fazendo-lhe o alerta, pois, o Município comprava equipamentos para eles estarem bem visíveis e bem sinalizados, pelo que o Município tinha essa preocupação, sendo que não existiam motivos para não se cumprirem as regras.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), informou que as estruturas que eram do Município tinham sido doadas. Todavia, também existiam estruturas que não pertenciam ao Município, sendo que essas estavam vazias, pelo que já tinham dado indicação à empresa para que as mesmas fossem retiradas o mais rapidamente possível.

Frisou que as estruturas do Município estavam atualmente a ser utilizadas.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), e relativamente ao Gimnodesportivo e ao muro, aludiu que provavelmente o Senhor Engenheiro Carlos Simões, poderia dizer mais alguma coisa em concreto.

Asseverou que já tinha sido pedido um levantamento das necessidades, para depois poderem lançar um concurso para as obras de fundo

Seguidamente passou a palavra ao Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento, Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Senhor Engenheiro Carlos Simões.

O Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento, Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Senhor Engenheiro Carlos Simões, tomou a palavra e referiu que o ideal era fazerem um muro novo. Contudo a situação tinha de ser analisada.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e informou o Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), que a colocação de médicos na extensão de saúde de Caria, era uma preocupação de todos. Aludiu que não estavam a fazer política nem a retirar os louvores, nem o trabalho que tem sido feito pela Junta de Freguesia nesse sentido.

Asseverou que tinha conversado com uma pessoa e que a mesma o tinha informado que tinha existido uma ligação com a ULS para se solucionar o problema.

Mencionou que anteriormente o Município não tinha avançado, porque legalmente o Município não podia financiar médicos e por essa razão é que anteriormente pretendia-se entrar num acordo com a tal empresa que lhes punha aqui os médicos, sendo que o mesmo não tinha sido autorizado.

Referiu que quando a situação tinha sido abordada pela Junta de Freguesia, o próprio tinha voltado a entrar em contacto com uma pessoa, pelo que o Município iria fazer um protocolo de prestação de serviços com uma empresa, que lhe tinha apresentado uma solução diferente, ou seja, seria feito um acordo entre a empresa e a ULS.

Informou que os médicos iriam ser contratados pela empresa e que a ULS os colocava cá.

Aludiu que ainda não tinham feito nenhuma comunicação efetiva, uma vez que ainda não tinham datas em concreto, pois assim que as tivessem iriam comunicar a toda a gente.

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e referiu que a CDU propunha uma alteração à Ata relativamente à sua última intervenção na Assembleia Municipal de 29/04/2025, pois tinham confundido o orçamento anterior com o orçamento que estava em vigor, pelo que propunham uma alteração à Ata sem mudarem a intenção de voto.

Sendo que os parágrafos que se transcrevem integralmente

“Sobre a execução orçamental, convém recordar que partimos daquele que foi o maior Orçamento de sempre, quase 26 milhões de euros, pelo que, perante os números que agora temos pela frente, ou seja, o que foi executado, pouco mais haveria para dizer.

Como então afirmámos, nunca em tão pouco tempo se pretendeu fazer tanto. E o que se fez, é o pouco ou nada que se vê.

Assim, dos quase 26 milhões aprovados, e dos 17 milhões inicialmente orçamentados, e após as alterações efetuadas, situando o orçamento em 13 milhões, ainda assim, o que se verifica é que o executado ficou bastante abaixo, quer em termos de receitas que registaram 11 milhões e 553 mil euros, quer na despesa, com 11 milhões e 407 mil euros”, serão alterados para o seguinte parágrafo que se transcreve integralmente.

“Sobre a execução orçamental, convém recordar que partimos de um orçamento inicial de 17 milhões, ficando-se pelos 13 milhões após as alterações efetuadas, verificando-

se ainda assim que o executado ficou bastante abaixo, quer em termos de receitas que registaram 11 milhões e 553 mil euros, quer na despesa, com 11 milhões e 407 mil euros.”

Não havendo mais alterações à ata da Sessão anterior, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **17** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (7) e da Bancada da CDU (1) e **2** abstenções, do Senhor Secretário da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, António Manuel Botas dos Reis e da Senhora Deputada Margarida Saraiva Paiva, por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 29 de abril de 2025.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e aludiu que a CDU tinha tomado conhecimento que existiam aqui muitas zonas que estavam isoladas de transportes públicos, sendo que esses transportes só passavam uma vez ao dia. Logo se a pessoa saía da aldeia, não tinha como voltar, o que passava a ser um sistema de prisão a céu aberto, pelo que não era das piores prisões. Pelo que gostavam de deixar aqui este alerta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Muito bom dia, a todos os presentes.

Trago aqui só dois assuntos e muito breves.

O primeiro assunto, é relativo às piscinas de Caria. Queria dar os parabéns pela atitude triste do Município, em voltar a ficar com a gestão das piscinas em 2025, aliás esse assunto deveria ser decidido pela Assembleia.

Agradecer aos Membros do Município que se dizem ser de Caria, pelo apoio dado à freguesia. Se calhar aqui era importante a opinião do Senhor Luís António, que ele vê problemas nos outros, mas não defende a própria freguesia. Isso é que o Senhor devia falar aqui nesta Assembleia, era da nossa própria freguesia.

Desejar que pelo menos corra melhor que no ano passado e já não começaram bem, pois a faltar seis dias para a abertura está praticamente tudo por fazer em questão de

manutenção do espaço. Apenas a meio desta semana esvaziaram e encheram os tanques. Com menos recursos humanos fez a Junta de Freguesia muito melhor. Visto que pretendem manter a gestão, deverão pagar a eletricidade de 2024 e 2025, assim como os valores que se encontram pendentes dos anos transatos. Aguardamos ainda o envio do relatório de 2024, que ao que parece foi levado agora a reunião de Vereadores, e a devolução dos pertences da Junta de Freguesia que se encontram no local, mas já recebemos um e-mail hoje ou ontem acerca disso.

Outro assunto é relativamente ao médico de família, fico satisfeito pelo facto de o Município ponderar a contratação de uma equipa de médicos para o Centro de Saúde de Caria. Triste foi o facto de o Senhor Presidente ter devolvido em carta registada o ofício que a Junta de Freguesia enviou com o resumo da proposta inicial da contratação do serviço médicos. Que fique registado que foi a primeira e a última vez que devolveu um ofício da Junta de Freguesia, pois na próxima vez faço questão de me dirigir à Câmara Municipal e meter-lhe em cima da mesa.

Termino.”

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“1-Quero perguntar sobre a correção de anomalias na estrada de Malpique, o que vão fazer e quando começam as obras.

2- Sobre o arranjo das estradas aqui na Informação do Senhor Presidente, na página dois, diz que as obras já estão adjudicadas. Mas depois vamos à página três e diz-nos a prorrogação do prazo para apresentação de propostas. Estou aqui com algumas dúvidas queria que me esclarece o que está adjudicado, o que está por adjudicar, porque a informação não é muito clara.

3-Ainda sobre as estradas, quero perguntar ao Senhor Vice-Presidente:

Quantos concorrentes houve no concurso;

Se foi um Concurso Internacional;

Se foi tudo adjudicado ao mesmo empreiteiro ou se foi por lotes, por estradas e data de início das obras;

4- Piscinas de Caria, quero perguntar ao Executivo da Câmara e mais concretamente ao Senhor Vice-Presidente, porque mora em Caria, ao lado das piscinas, se este ano também viu, ou viram, alguma placa para voltar a tirar a gestão das piscinas, à Junta de Freguesia de Caria, o ano passado usaram o pretexto que viram uma placa, qual foi o pretexto deste ano?

Quero ainda pedir um ponto de esclarecimento sobre o Relatório de Contas das piscinas de Caria.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Na informação, no ponto 5, é dito que a Rua dos Bombeiros Voluntários de Belmonte, foi asfaltada, “falta a colocação de sinalização, a colocar após secagem dos pavimentos”. A minha questão é se foi feita alguma intervenção na rede de águas pluviais, esgotos e água.

No mesmo ponto 5, em que fala na finalização das obras de intervenção no Parque Santiago, eu ontem tive oportunidade de ir ao Parque de Santiago e encontrei o Parque Santiago fechado. Falta a inauguração? Falta alguma coisa? O que é que falta?

Muito obrigado.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“São apenas duas notas.

A primeira, para reforçar Senhor Vice-Presidente, este pedido de esclarecimento sobre as piscinas de Caria. De facto, bem nos recordamos do que foi o triste espetáculo do ano passado com esse argumento de que havia um placar fixado ou colado, não sei exatamente. Portanto qual é o argumento deste ano, para que a Junta de Freguesia, que provou ser competente, dinâmica, criativa e mais eficiente no seu ponto de vista económico, qual foi o argumento para além de natureza política? Se não houver nenhum argumento, fica muito evidente que é a perseguição política à Junta de Freguesia. Portanto aguardamos com muita curiosidade as suas respostas e dizer também que este elemento que o Senhor Presidente de Junta trouxe é muito relevante, há devolução em carta de estado de comunicação oficial a uma Junta de Freguesia. Acabámos precisamente de debater a informação que um jornal publicou sobre a contratação dos médicos. Portanto nessa notícia, não é referida a Junta de Freguesia, ao mesmo tempo a Junta de Freguesia envia informação e é devolvida oficialmente. Há aqui qualquer coisa que não bate certo. Senhor Vice-Presidente, não ponho em causa a sua hombridade, a sua boa vontade, mas não bate como diz o povo “a bota com o perdigota”. Não se devolve e depois vai afinal uma notícia para o jornal desta forma.

A segunda nota.

Senhor Vice-Presidente, à data de hoje, depois deste empréstimo para tapar alguns buracos em algumas estradas do concelho, qual a margem que a Câmara Municipal de Belmonte tem, para endividamento? Se for eleito, como vai fazer para concorrer a projetos que exijam participação de capitais próprios da autarquia?”

A Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes.

Caros Senhores,

Mais uma vez vemos referencia a inúmeras obras no concelho, mas continua a questão o que está realmente a ser feito?

Podemos falar por exemplo do Centro Interpretativo de Centum Cellas, foi inaugurado no dia 26 de abril de 2024, desde esse dia já foram realizadas mais obras. Gostaríamos de saber se a obra está concluída? Se sim, como podem chamar aquele edifício centro interpretativo se apenas tem um pequeno auditório para ver um filme e 3 ou 4 peças de arqueologia? Não é um edifício funcional, nem é apresentado ao visitante conteúdo interpretativo do monumento. A expectativa sobre este centro era grande, em que ao entrar nos fosse apresentada a história da torre Centum Cellas, as teorias, as lendas associadas, uma maquete de como seria o edifício, os objetos encontrados nas escavações realizadas ao longo dos anos. Um espaço que nos levasse a viajar pela história da torre.

Sendo um projeto recente vemos que tem algumas falhas na acessibilidade, pois não é fácil circular no espaço da torre, temos entrada onde estão os torniquetes que tem um desnível, para circular entre as ruínas não existe um piso regular, um passadiço seria adequado para assim os visitantes circularem com segurança e mesmo para proteger o monumento. Lamento dizer que o centro interpretativo podia ser um projeto grandioso e acolhedor, mas ficou pelo básico e dá a sensação que falta sempre algo. Mesmo o painel informativo foi colocado no parque de estacionamento em vez de estar na entrada do espaço.

Ao analisar o projeto que foi apresentado à candidatura do projeto Portugal 2020 deparei-me com a descrição de como seria o centro interpretativo e pouco corresponde à realidade.

Cito os dois pontos do sumário do projeto:

“As ações que constituem a presente candidatura são as seguintes:

a) Edificação do novo Centro Interpretativo de Centum Cellas: O Centro Interpretativo de Centum Cellas será edificado mediante a requalificação de uma área, atualmente desativada, composta pelo antigo campo de futebol e pelas Instalações sanitárias e balneários de apoio, situado na localidade de Colmeal da Torre, povoação onde se situa a Torre de Centum Cellas.

b) Musealização do Centro Interpretativo de Centum Cellas: Os espaços expositivos irão ser organizados nos seguintes núcleos: Sala A - Sala de Acolhimento; Sala B - Meio Envolvente de Centum Cellas; Sala C - A Multiplicidade de Interpretações; Sala D - Encerramento e Apelo à Interpretação. Para além das salas expositivas, este equipamento irá contar com Gabinetes para acolher investigadores, um Laboratório Arqueológico, Sala Multiusos para atividades educativas e Depósito para peças recolhidas.”

Quais os motivos para uma alteração tão grande do projeto? Mesmo alterando a localização podiam ter mantido a estrutura do edifício.

Não tendo sido concretizado o projeto inicial como justificam que o custo tenha sido superior ao contratado?

A musealização do espaço não estava incluída no projeto?

Por último, já está estabelecido o custo da entrada neste espaço?

Relativamente à musealização da torre de menagem já está definido qual será o projeto?

Bem-haja”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e relativamente às estradas informou o Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), que o concurso tinha sido público e não internacional, pois não tinha havido essa necessidade.

Referiu que a empresa que tinha ganho o concurso tinha sido a Fortunato Canhoto, que tinham concorrido três empresas, sendo que esta empresa tinha apresentado a proposta mais baixa, pelo que o valor rondava mais ou menos os oitocentos mil euros.

Asseverou que apenas tinha sido feito um concurso para todo o projeto.

Aludiu que a única coisa que tinha de ir ao Tribunal de Contas era a parte do empréstimo, sendo que a parte da obra não era necessária.

Deu nota, que o valor estava cabimentado para fazer a obra, porque caso contrário esta não poderia ser feita.

Mencionou que iriam começar a obra assim que o empreiteiro estivesse em condições para avançar, pois não precisavam do empréstimo para avançarem com a mesma.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas (PPD/PSD), e relativamente às piscinas de Caria, aludiu que quando um protocolo era denunciado e quando não se fazia outro a denuncia mantinha-se e que tinha sido isso que tinha acontecido.

Frisou que não tinha sido feito outro protocolo, porque o Senhor Presidente assim o tinha decidido, sendo que tinha sido comunicado ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, que o Município não faria mais nenhum protocolo enquanto o Senhor Presidente fosse Presidente do Município.

Relativamente à devolução do documento, mencionou que já se tinha falado por diversas vezes e que também o Senhor Presidente já tinha informado que tudo o que fosse documentação ou resolução de situações referentes à Junta de Freguesia de Caria era para ser tratado pelo próprio e não com o Senhor Presidente da Câmara. Contudo a última palavra seria sempre dele.

Asseverou que quando o próprio rececionava as comunicações que vinham da Junta de Freguesia de Caria, entregava sempre as mesmas ao Senhor Presidente, para que o próprio lhe pudesse dizer qual é que era o caminho a seguir.

Em relação ao pagamento, informou que ainda estavam a aguardar uma resposta por parte da Junta de Freguesia de Caria, desde o dia 5 de dezembro de 2024.

Referiu que quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, quisesse sentar-se para conversar sobre esse assunto que estaria disponível, pois a Junta de Freguesia de Caria, tinha cinquenta mil euros que era o valor do terreno e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, tinha-se comprometido de fazer o pagamento e que até à data ainda não o tinha feito. Relembrou que tinha arranjado esta solução em reunião de Câmara e onde estavam todos os Senhores Vereadores.

Deu nota que o Município iria assumir os seus compromissos relativamente à luz.

Ao Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), informou que o Relatório de Contas, tinha ido à reunião de Câmara, logo era público. Todavia frisou que iria fazer chegar o documento.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), e relativamente à margem disponível para utilizar aludiu que teria uma margem de um milhão e meio.

Informou ainda que na Informação do Presidente, não vinha, mas que achava que todos deveriam ficar orgulhosos era o facto de ter sido publicado hoje o PDM do Município, dando os parabéns à Engenheira Olga Gonçalves pelo trabalho realizado.

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou o Senhor Engenheiro Carlos Simões, qual tinha sido o preço base do concurso.

O Chefe da Divisão Técnica Municipal de Planeamento, Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Belmonte, Senhor Engenheiro Carlos Simões, tomou a palavra e referiu que não sabia de cor o preço, mas que o mesmo tinha sido abaixo da média.

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), retomou a palavra e aludiu que alguma coisa estava mal, ou como é que tinha sido calculado o preço base, assim como também já tinha ouvido que iria ser adjudicado ao empreiteiro que tinha feito a estrada de Malpique. Todavia se o empreiteiro tinha feito mal em Malpique, teriam de estar atentos, porque provavelmente com esse valor era estranho.

Seguidamente questionou como é que estava definido o preço anormalmente baixo. Por fim, alertou que se tinha de fazer uma fiscalização constante.

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O Senhor Vice-Presidente não quis assumir publicamente o Relatório de Contas das piscinas de Caria, mas eu, posso dizer a quem estiver interessado que as piscinas de Caria,

tiveram um valor negativo de 10.380, 46 euros. Depois, acho ainda um valor muito baixo só 822 euros de eletricidade durante toda a época balnear. Na manutenção foram gastos 18.842,16 euros, ora com este investimento em obras fica provado, aliás, mais que provado, que a Junta de Freguesia de Caria, tinha razão quando o ano passado reclamava obras que eram necessárias nas piscinas.

Face ao exposto também fica provado que as piscinas de Caria, foram mal geridas pela Câmara.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu a Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), que a mesma estava a falar de um projeto inicial que não tinha nada a ver com o projeto aprovado.

A Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que as críticas que tinha feito não tinha nada a ver com a parte política, mas sim pelo facto de ser uma profissional de turismo.

Referiu que recentemente tinha estado com um grupo de quarenta e três pessoas lá e que algumas das pessoas tinham tido dificuldades, principalmente a seguir ao torniquete que tem um degrau. Contudo já tinha visitado outros espaços que tinham proteção.

Seguidamente questionou se a musealização do Centro interpretativo já estava concluída e se seriam só aquelas peças e filme que estavam à entrada.

3.3- Apreciação e votação do Relatório de ponderação da Consulta Prévia – Plano Municipal de Ação Climática de Belmonte

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 12 de junho de 2025, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA

A.3.) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“A.3.3.) RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA – PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE BELMONTE

Foi presente à reunião de Câmara, o Relatório de Ponderação da Consulta Prévia – Plano Municipal de Ação Climática de Belmonte.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, aprova e deverá ser submetido à próxima Assembleia Municipal, no âmbito, da sua competência de apreciação e fiscalização, nos termos do disposto na Alínea 8 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Belmonte e Unidade Técnica Municipal Administrativa, 20 de junho de 2025.” -----

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“É apresentado um Plano Municipal de Ação Climática para o Município de Belmonte;

1 - É um estudo bem elaborado que deveria ser lido por todos, em especial pelo executivo;

2 - O plano apresenta 44 medidas de mitigação, sendo referido e muito bem que para a sua implantação serão necessários investimentos muito avultados, cuja plena implementação estará dependente dos instrumentos de cofinanciamento que vierem a surgir;

3 - Por outro lado, são referidas potenciais barreiras que para um Município com a dimensão do nosso são muito difíceis de ultrapassar, nomeadamente:

- a) Custos financeiros elevados;*
- b) Escassez de recursos humanos e materiais;*
- c) Falta de capacitação dos técnicos municipais;*
- d) Resistência natural à mudança.*

4 - São apresentadas medidas interessantes para mitigação, que deverão estar concluídas em 2030;

5 - Estamos perante uma data completamente proibitiva para aplicação destas medidas. Durante este mandato a nossa bancada alertou para crimes ambientais graves que estão a ser praticados, com esgotos a céu aberto e outras situações por nós identificadas que se mantêm, tais como estações elevatórias paradas, que enviam através do tubo ladrão os esgotos para a ribeira;

6 - Finalmente temo que este seja mais um Plano Municipal que infelizmente apenas terá lugar numa qualquer gaveta ou armário desta autarquia.

Tenho dito.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e referiu que a CDU apenas tinha duas questões sobre esse Plano Municipal de Ação Climática.

Quanto é que iria custar?

E quanto é que se iria buscar às fontes de financiamento?

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e aludiu que se tratava de uma obrigação legal face ao disposto da Lei de Bases do Clima, aprovada em 31 de dezembro de 2024, a qual para além da componente de Adaptações dos Territórios aos efeitos das alterações climáticas, exige a componente de Redução de Emissão de Gases com Efeito Estufa. Logo era apontada a meta, sendo que se tratava de uma obrigação legal pelo que a Bancada do Ps votava favoravelmente.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Gostaria de perguntar ao Executivo se leu com atenção as projeções da população até 2050 constantes deste relatório e, em caso afirmativo, que informe esta Assembleia sobre quais as medidas que já está a tomar ou vai tomar para evitar esse cenário que é calamitoso para o concelho.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que apenas era um Relatório, sendo que eram projeções enviadas pela CCDR.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório de ponderação da Consulta Prévia – Plano Municipal de Ação Climática de Belmonte” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor, da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que o “Relatório de ponderação da Consulta Prévia – Plano Municipal de Ação Climática de Belmonte” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.*

3.4- Apreciação e votação da medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos - ENERAREA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- *Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2025, uma deliberação cujo teor é o seguinte:* -----

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA

A.3.) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“A.3.2.) ENERAREA – DESCARBONIZAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

Foi presente à reunião de Câmara, a medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos “ENERAREA”.

DELIBERAÇÃO

- a. A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade a minuta do protocolo a ser celebrado entre a ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e os Municípios/Entidades que integrem o Agrupamento de Entidades Adjudicantes, que consta em anexo, podendo estar representada no protocolo a totalidade ou parte dos Municípios associados, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de viaturas elétricas;*
- b. A autorização para início e tipo de procedimento, que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos;*
- c. Designar a ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior como representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista*

ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.

1. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor que se estima em € 740 000,00 (setecentos e quarenta mil euros), excluindo IVA. Os valores apresentados são uma estimativa que se baseia nos valores aprovados em candidatura. Sendo este o valor base do procedimento, o valor das propostas que serão apresentadas será sempre inferior a esta estimativa.

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 20 junho de 2025.” -----

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“1 - É referido no ponto 1 dos considerandos apresentados a esta assembleia, que face à aprovação das candidaturas ao aviso RP-C21-12: Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos torna-se necessária a aquisição das viaturas, pelo Município de Belmonte, até 31 de março de 2026;

2 - Está também refletido nos documentos apresentados uma estimativa que aponta para um preço contratual a pagar pelo Município do Belmonte, para aquisição de 2 viaturas elétricas do tipo BEV 39 lugares, possa ser na ordem dos € 740 000,00 (setecentos e quarenta mil euros), excluindo IVA, o que significa que deverá ser cabimentado o valor de 910 200,00 €;

3 - Esta candidatura é realmente interessante e vem ao encontro do apresentado pelo Plano Municipal de Ação Climática do Município, apresentado no ponto anterior;

4 - Após a leitura exaustiva dos documentos apresentados, não se vislumbra a existência de verbas para a colocação dos carregadores para estes veículos. Estamos perante carregadores em que a potência necessária obriga a investimento e a uma colocação criteriosa do local para instalação destes carregadores, uma vez que não será possível carregar os veículos numa qualquer tomada caseira;

5 - Relembro ainda que apesar de existirem candidaturas para a colocação de postos de carregamento elétrico, o Município de Belmonte não possui qualquer infraestrutura para que os nossos visitantes possam carregar os seus veículos enquanto nos visitam.

Em suma, gostaríamos que o Executivo nos esclareça sobre o que pretende fazer e onde irá obter as verbas necessárias para este projeto?

Tenho dito.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e mencionou que a Bancada do PS, votava favoravelmente a proposta apresentada pelo Executivo, uma vez que esta também tinha sido aprovada por unanimidade para a celebração do contrato para a aquisição de viaturas elétricas.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Como sabem, esta área da descarbonização e da transição energética é uma área a que me tenho dedicado há muitos anos e, desculpem-me a falta de modéstia, não haverá muitas pessoas que tenham escrito e publicado tanto sobre esse assunto. Não está em causa, de nenhuma forma, ser contra a transição, mas sim ser a favor de uma transição responsável.

A certidão respeitante a este ponto apenas refere que a aprovação por unanimidade verificou-se na primeira alínea. Gostaria, pois, de saber se as restantes, incluindo este preço, também foi aprovado por unanimidade.

Gostaria, em primeiro lugar, de perguntar ao Senhor Vice-Presidente, qual o objetivo para a aquisição destas viaturas? Para que efeito? A sua aquisição destina-se a quê exatamente?

Somos a favor da boa prática de procurement e de compras conjuntas, mas não nestas condições. Gostaria finalmente de salientar que a proposta que aqui chega de aceitar um compromisso que pode chegar aos 900 mil euros por duas viaturas elétricas é inaceitável. Cada lugar custa mais de 20 mil euros. Há viaturas disponíveis no mercado, elétricas, de 9 lugares, abaixo dos 50 mil, ou seja, 6 mil por lugar. Senhores Deputados, é uma irresponsabilidade aprovar esta proposta. O Município de Belmonte não pode suportar este investimento, que nem sequer é produtivo. Poderei explicar alternativas, mas seguramente ficará para as próximas semanas ou meses. Para já o importante é garantir que o Município não assuma mais um milhão de euros em dívida, quando não tem condições para isso.

Disse.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que o valor que estava era o valor total do custo de uma viatura destas.

Asseverou que o financiamento das duas viaturas que iriam ser comparticipadas no diferencial entre o valor de uma viatura de combustão e de uma viatura elétrica. Dando como exemplo o seguinte: uma viatura elétrica custava meio milhão de euros e a viatura a

gasóleo custava duzentos e cinquenta mil euros, logo o Município iria pagar o diferencial entre essas duas viaturas.

Aludiu que o que traziam à presente Sessão, não tinha nada a ver com a aprovação, porque o Município já tinha decidido avançar e até já tinham feito a candidatura, o que traziam era se o Município fazia através da ENERAREA, sendo que estes iriam fazer por cada lote e por cada Município, a fim de se ganhar em termos de economia fiscal na aquisição das viaturas.

Referiu que quando o Município tinha feito o concurso tinha sido com base em orçamentos enviados de viaturas, para terem uma ideia, pois não iam a concurso sem saberem se poderiam comprar.

Mencionou que uma das características que o Município pretendia era que fosse uma viatura de trinta e nove lugares, sendo que queriam comprar essas duas viaturas, uma vez que tinham o financiamento aprovado. Frisou que também poderiam comprar individualmente essas viaturas e de lançar o procedimento, até porque existia a possibilidade da questão de estar na central de compras e de se fazer de forma mais rápida. Contudo tinha-lhes sido posta a possibilidade através da Associação de Municípios, numa das reuniões com todas as Câmaras de se poder baixar o preço e de se ganhar em termos de condições das próprias viaturas, porque se as empresas lhe garantiam uma autonomia de quinhentos quilómetros, se fossem compradas mais viaturas podia-se tentar negociar viaturas com mais quilómetros. Logo a única questão que aqui se colocava era se estavam concordantes que fosse a ENERAREA a fazer a aquisição das viaturas por lotes ou não.

Frisou que existia uma candidatura, sendo que o Município tinha feito uma alteração porque estava na candidatura conjunta.

Aludiu que o Município de Belmonte, também tinha feito uma candidatura individual, sendo que tinham existido Municípios que só tinham feito através da CIM.

Relembrou que o Município tinha uma rede de transportes escolares assegurados pelo Município, sendo que as viaturas estavam em “fim de vida”, logo tinham de pensar com alguma antecedência em substituir essas viaturas, a fim de terem sempre assegurado o circuito circular.

Relativamente aos carregadores informou que os mesmos também estavam incluídos e que tinha sido feita uma Haste Pública para os locais.

Mencionou que a empresa que ganhou já tinha estado no terreno a ver os locais.

Deu nota que já tinham estado reunidos com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para decidirem os locais propostos para se instalarem os carregadores, sendo que de momento estavam a aguardar a instalação.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o que constava na Certidão era o seguinte: “A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais” no máximo de setecentos e quarenta mil euros mais IVA. Logo alguma coisa

não estava certa ou era a palavra do Senhor Vice-Presidente ou era a Certidão. Questionando o que é que realmente estava em causa, se era a cedência ou a aceitação de ser a ENERAREA a conduzir, logo não era a Certidão, pois mais uma vez, se tinha voltado ao início do processo e tudo tinha de ser feito.

Aludiu que se andava a brincar com as Certidões há muito tempo, sendo que se tinha um resultado, uma certidão do que era uma reunião de Executivo e que o Senhor Vice-Presidente dizia que se estava a aprovar outra coisa diferente.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que numa das reuniões de Câmara, todos esses problemas tinham sido vistos e de facto pelas explicações que tinham sido dadas, sendo que ainda não existiam valores de nenhuma espécie na proposta, o mesmo tinha concordado, até porque quando veio de casa era para votar contra, mas com as explicações dadas tinha mudado de opinião. Asseverou que o próprio também analisava os valores e que não iria duvidar, uma vez que as escolas precisavam muito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos - ENERAREA” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **8** votos contra, da Bancada do PPD/PSD (8), **0** abstenções e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos - ENERAREA” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

3.5- Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----CERTIDÃO-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2025, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA

A.3.) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“A.3.3.) 1ª REVISÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Foi presente à reunião de Câmara, a 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, ao abrigo da competência ínsita na alínea c) do artigo 33º do Anexo 1 da Lei 75/2013 de 12/09, concordar com a proposta à 1ª revisão às GOP's e Orçamento para 2025, bem como remeter para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 20 de junho de 2025.” -----

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas.

Consideramos que o orçamento é um documento de previsão, e assim sendo é inteiramente compreensível que passado algum tempo da sua elaboração se verifiquem algumas diferenças do que foi orçamentado e o que foi executado.

É da competência da Assembleia Municipal sob a proposta da Câmara, aprovar as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento, bem como as respetivas alterações orçamentais modificativas (revisões).

Foi presente toda a documentação referente ao assunto em epígrafe.

Assim, a Bancada do Partido Socialista, vota favoravelmente a primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2025, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.”

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente

“Encontramo-nos hoje a debater a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025. Este não é um ato de gestão trivial. Pelo contrário, é o momento em que a visão estratégica do Executivo para o futuro de Belmonte é posta à prova pelos factos e pelos números.

Começo por enquadrar o momento. A Câmara Municipal acaba de aprovar, na sua reunião de 20 de junho de 2025, o Relatório das Contas Consolidadas do exercício de 2024. É precisamente o "saldo da gerência de 2024" que serve de base para os reforços de despesa que hoje nos são propostos, o que demonstra uma gestão orçamental prudente no curto prazo.

Lembro, contudo, que o nosso Município emergiu, em 2022, de um exigente Plano de Saneamento Financeiro. Esse período de rigor não deveria ter sido um fim em si mesmo, mas o alicerce para uma nova era de investimento estratégico e criterioso. A estabilidade financeira reconquistada deve servir para guiar o concelho com um mapa claro, e não para continuar uma navegação focada excessivamente no imediato.

É à luz desta premissa que a presente revisão orçamental revela as suas fragilidades. A "Nota Explicativa" que a acompanha é inequívoca: procede-se a "reforços de rubricas de despesa corrente, necessários ao bom funcionamento dos serviços". E os documentos detalham: mais 200.000 € para "Outros Trabalhos Especializados", mais 65.000 € para "Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença", mais 126.000 € para a "Recolha de RSU's" e mais 123.000 € para a área da "Cultura". São despesas operacionais, a "gestão do dia a dia". Não discuto a sua necessidade, mas questiono a sua prioridade face ao que é sacrificado.

E o que é sacrificado é o futuro. De forma clara e inequívoca, esta revisão propõe um corte de 430.000 euros no projeto 2025/61, destinado à "Construção de habitação para arrendamento a custos acessíveis". Num concelho que, como tantos outros, enfrenta o desafio demográfico e a necessidade de fixar população, esta decisão é sintomática de uma grave inversão de prioridades. Abdica-se do investimento mais estratégico para as famílias e para a sustentabilidade do concelho em prol da gestão corrente.

Em contrapartida, inscreve-se um novo projeto: a aquisição de dois autocarros elétricos para renovar a frota de transportes escolares. Apresentado sob a bandeira da "descarbonização" e do Plano de Recuperação e Resiliência, este investimento, quando analisado à luz dos factos e da própria comunicação do Executivo, revela a verdadeira natureza destas opções.

Quando analisamos os diferentes materiais de comunicação do Município, deparamo-nos com uma discrepância que não podemos ignorar. Numa notícia recente, lemos que este projeto representa um "investimento global de 572 mil euros" para a aquisição dos dois autocarros e respetivos postos de abastecimento.

Contudo, na publicitação oficial do mesmo projeto, afixada nos canais do Município e que obedece a requisitos legais de transparência, os números são bem diferentes. Aí, o investimento total do beneficiário é de 842.000 euros, sendo o montante do financiamento do PRR de 572.000 euros.

A matemática é simples e indesmentível: isto resulta num encargo direto para o erário municipal, para o bolso dos belmontenses, de 270.000 euros em cofinanciamento. Um custo real que a comunicação mais vistosa procura, convenientemente, ocultar.

Esta necessidade de cofinanciamento, aliás, não é uma surpresa para quem lê as regras dos fundos. O Aviso do Fundo Ambiental é explícito: a despesa elegível para apoio é, no máximo, a diferença entre o custo do veículo limpo e o de um veículo equivalente a gasóleo, e custos como o IVA não são elegíveis. A narrativa de um projeto totalmente financiado por fundos externos não corresponde à verdade dos factos.

E a esta falta de transparência soma-se o compromisso de longo prazo. Ao aceitar este financiamento, o Município declara, sob compromisso de honra, que garantirá todos os "custos de manutenção e de substituição e restantes custos de operação", durante "toda a sua vida útil". Estamos, portanto, a assumir uma despesa imediata de 270.000 euros e a vincular o Município a custos futuros de manutenção que são, reconhecidamente, mais especializados e onerosos.

Senhoras e Senhores Deputados,

A questão é, pois, de uma clareza cristalina. Estamos a escolher ativamente gastar 270.000 euros dos nossos próprios fundos para cofinanciar a compra de duas viaturas, ao mesmo tempo que cortamos 430.000 euros de um projeto de habitação a custos acessíveis. Estamos a alocar verbas avultadas a este projeto, enquanto investimentos estruturais, como o "Sistema de Drenagem de Saneamento", recebem um reforço simbólico de apenas 10.000 euros, quando as necessidades plurianuais são de milhões.

Isto não é apenas um erro de gestão ou uma decisão pontual menos feliz. Isto, minhas senhoras e meus senhores, é um modelo. É o modelo de governação do Partido Socialista que, após tantos anos no poder neste concelho, se revela em toda a sua essência: um modelo esgotado, que confunde comunicação com ação e propaganda com investimento. Um modelo que prefere gastar 270.000 euros dos nossos impostos num projeto vistoso, mas secundário, enquanto corta 430.000 euros naquilo que é a maior angústia das nossas famílias: a habitação.

Esta não é a gestão responsável e estratégica que Belmonte merece. Este é o resultado previsível de uma governação que há muito abdicou do planeamento a longo prazo, focando-se no imediato, na gestão do dia a dia e em projetos que garantem uma fotografia, mas não resolvem um problema estrutural. O Partido Socialista demonstra, com esta revisão, que a sua prioridade não está na fixação dos jovens, nem no apoio às famílias, mas sim na manutenção de uma fachada de modernidade, custe o que custar.

Termino, regressando à questão central que esta governação se recusa a responder. A questão que esta revisão orçamental deixa absolutamente clara: ao fim de tantos anos, é este o futuro que o Partido Socialista tem para oferecer a Belmonte? Um concelho com autocarros elétricos a circular em estradas vazias, porque os nossos jovens não tiveram onde construir as suas vidas? Belmonte merece e precisa urgentemente de uma mudança de rumo.

Disse."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções da Bancada do PPD/PSD (8) e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

3.6 - Apreciação e votação das Contas Consolidadas do Grupo Autárquico

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2025, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA

A.3.) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“A.3.4.) CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO AUTÁRQUICO

Foi presente à reunião de Câmara, os documentos do relatório das Contas Consolidadas 2024 do Grupo Autárquico, sobre as quais foram tecidas algumas considerações.

É um documento técnico, reflete as contas, anteriormente apresentadas.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade com os votos dos presentes: Senhor Vice-Presidente Paulo Gabriel Esteves Borralhinho e dos Senhores Vereadores, José Pereira Carrola Mariano e Carlos Alberto Duarte Afonso, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 76º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório das Contas

Consolidadas 2024 e remeter os mesmos, para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 20 junho de 2025." -----

O Senhor Deputado Tiago Gaspar (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Analisar as contas consolidadas de 2024 é um exercício de confirmação. A confirmação de que os problemas de Belmonte não são conjunturais, nem são fruto de um mau ano. Estas contas são o retrato fiel e a consequência direta de um longo ciclo de governação do Partido Socialista, que há mais de duas décadas gere os destinos deste concelho.

A herança que esta longa governação nos deixa está espelhada nestes números. Apresentamos, mais uma vez, um resultado líquido negativo de quase 1,3 milhões de euros. Este não é um caso isolado. Em 2023, o prejuízo foi de 1,37 milhões; em 2022, de 730 mil euros; e em 2021, de 872 mil euros. Ano após ano, a gestão do PS prova ser incapaz de gerar resultados positivos, vivendo num défice estrutural que consome os recursos de todos nós.

Não nos podemos esquecer que este Município esteve sob um Plano de Saneamento Financeiro. Uma medida drástica, reservada para as autarquias que perdem o controlo das suas finanças. Foi este o ponto a que a gestão socialista nos conduziu. E a suposta saída deste plano, que o executivo tanto celebrou, revela-se agora uma ilusão. Mal nos vimos livres de um constrangimento, apressámo-nos a contrair mais dívida de longo prazo, como o empréstimo para a reparação de estradas que hipotecará o concelho por 20 anos. Este é o modelo de governação do PS: um ciclo vicioso de desgoverno, saneamento e novo endividamento, sem nunca resolver os problemas de raiz.

E que problemas são esses? A estagnação do nosso concelho. É a face mais visível desta governação. Basta percorrermos as nossas freguesias. Estradas municipais que continuam degradadas, ruas com buracos, a iluminação da encosta do castelo sem reparação, a fonte do Parque António Guterres inativa, o Parque Radical abandonado e danificado e museus municipais sem atualização de conteúdos.

Esta estagnação não é apenas uma perceção; é um facto orçamental. Conforme foi aqui denunciado, em 2024, perante o maior orçamento de sempre, a taxa de execução de investimentos essenciais foi irrisória: uns meros 16% na rede viária e zero euros nos caminhos rurais. O dinheiro não foi investido onde faz falta, e o resultado é o declínio que todos vemos.

A herança que a governação do PS nos deixa não é só a estagnação e os défices. É também uma "bomba-relógio" de passivos contingentes. Processos em tribunal com a Agência Portuguesa do Ambiente que podem custar ao Município, no pior cenário, 10

milhões de euros. Uma gestão prudente e competente não permite que o seu Município acumule riscos desta dimensão.

Caros colegas, a responsabilidade por esta situação tem um nome claro: é a gestão continuada do Partido Socialista ao longo de mais de duas décadas. Foram as suas opções políticas que nos levaram aos défices crónicos, à necessidade de um saneamento financeiro, à estagnação das nossas infraestruturas e à acumulação de riscos catastróficos.

Não podemos compactuar com este modelo. Votar a favor destas contas seria aprovar este legado de estagnação e risco.

Pelo exposto, e com um profundo sentido de responsabilidade para com os belmontenses que representamos, o nosso voto será a Abstenção. Belmonte não pode continuar preso a este ciclo de declínio. O nosso concelho merece mais. Merece futuro. Merece uma nova gestão.

Obrigado.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,

O Município de Belmonte, na perspetiva de entidade-mãe, tem de consolidar as suas contas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.

Foi apresentado parecer do ROC.

Assim e dando continuidade ao nosso sentido de voto aquando da aprovação das contas do Município de Belmonte, votamos favoravelmente as contas consolidadas do grupo Municipal, relativas ao exercício económico de 2024.”

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Vai esta Assembleia Municipal apreciar e votar as contas consolidadas do Município.

O perímetro de consolidação integra:

A EMPDS detido pelo Município a 100% e com um Capital Próprio Negativo de 6 869,27 euros, tendo ao seu serviço 19 trabalhadores e um administrador remunerado.

A Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M. na qual o Município detém uma participação de 0,2% com um Capital Próprio de 1 922 737, 56 euros, tendo ao seu serviço dois trabalhadores e um Conselho de Administração constituído por um Presidente e dois Administradores.

Relativamente à EMPDS, consolida diretamente, uma vez que é detida a 100% pela empresa mãe.

Como tem vindo a ser constatado, a EMPDS tem vindo sucessivamente a apresentar prejuízos, sendo que só através da injeção de capital do município tem conseguido fazer

face aos seus compromissos, nomeadamente o pagamento dos salários e a remuneração do seu Administrador, bem como de outros gastos fixos da EMPDS, como a gestão de pessoal, a elaboração da contabilidade, ou certificação legal de contas.

Fica claro que a extinção da EMPDS e a integração dos seus trabalhadores no quadro do município, criaria uma redução de custos através da utilização das diversas sinergias, para além da extinção da obrigatoriedade da elaboração das contas consolidadas.

Quanto à Parkurbis, detida em 0,2% a consolidação é efetuada através da equivalência patrimonial, pelo que as contas do Município deveriam integrar no seu resultado os 0,2% do Rédito ou do prejuízo daquela participada. A questão é: qual o valor incluído no resultado líquido do município referente aquela participação?

Apesar da pequena percentagem de participação do Município na Parkurbis, e sem colocar em causa tal participação, questiono:

Quais as vantagens ou desvantagens daquela participação?

Quanto às contas consolidadas, já nos prenciamos sobre os números apresentados quer pela EMPDS quer pelo município, pelo que a nossa opinião não sofre qualquer alteração.

Procedemos também à análise da certificação legal de contas e em especial à opinião do Exmo. Revisor «Com Reservas»

No que diz respeito ao registo contabilístico dos Ativos Fixos Tangíveis, desde há muito que o município tem vindo a manifestar dificuldades em conciliar o seu património registado na Conservatória do Registo Predial e na Autoridade Tributária com os registos contabilísticos existentes; já na discussão das contas do Município em anos anteriores manifestamos a nossa preocupação.

No que se refere ao desreconhecimento do Ativo Fixo Tangível das infraestruturas Elétricas, parece-nos que esta engenharia financeira se destinou unicamente à redução do Ativo por contrapartida do Passivo, dado assim uma imagem distorcida da redução do Passivo sem que tenha sido terminado o processo de transferência para a E-Redes.

Já no que se refere à conciliação das contas de dívidas a Fornecedores, é de lamentar a fraca participação de respostas por parte das empresas inquiridas.

Por tal fato, deveria a contabilidade do município suspender pagamentos aquelas empresas até que foi dada a resposta solicitada.

Esperamos, contudo, que no próximo ano possa ser atenuada a emissão de opinião do Exmo. Revisor Oficial de contas.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação das “Contas Consolidadas do Grupo Autárquico” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **9** abstenções, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), e **10** votos a favor, da Bancada do PS, pelo que as*

“Contas Consolidadas do Grupo Autárquico” foram aprovadas por **maioria** dos presentes na votação.

3.7 - Apreciação e votação da Moção de Repúdio pelo Encerramento do Balcão Bancário da Caixa Agrícola na Vila de Caria

Foi presente pela Bancada do Partido Socialista a “Mocção - Repúdio pelo Encerramento do Balcão Bancário da Caixa Agrícola em Caria”, que se transcreve integralmente.

“Mocção - Repúdio pelo Encerramento do Balcão Bancário da Caixa Agrícola em Caria

Considerando que:

Os serviços bancários são essenciais sendo mesmo legalmente obrigatório o uso de alguns destes serviços nas transações de natureza pecuniária;

A Caixa de Crédito Agrícola é o único balcão bancário aberto na Freguesia de Caria e é a única opção para empresas e muitos habitantes da Freguesia, grande parte deles envelhecidos, com reduzida capacidade de acesso a meios digitais

Com este encerramento, a população e empresas afetadas deixam de contar com o único balcão bancário existente na Vila, o que terá efeitos nefastos para os esforços de desenvolvimento e coesão territorial que todos pretendem e merecem;

O encerramento da Caixa Crédito Agrícola em Caria constituirá mais uma degradação das condições de vida locais e um ataque flagrante à população e economia da Freguesia, potenciando o agravamento da desertificação económica e populacional;

Tratando-se de uma intenção de um banco privado, esta insere-se numa política mais geral de degradação dos serviços públicos que os sucessivos governos têm imposto às populações.

Tem sido assim com o encerramento de escolas, correios, centros de saúde, transportes e outros serviços, levando a um isolamento cada vez maior das comunidades rurais;

A atividade do Grupo Crédito Agrícola tem como base de sustentação as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, verdadeiras entidades dinamizadoras das economias locais, que com a sua autonomia e integração nas respetivas regiões, conhecem em profundidade as realidades do respetivo tecido empresarial e económico e os desafios que se colocam para o progresso económico-social a nível local. E tem como objetivo:

- Ser o motor de desenvolvimento das comunidades locais através da relação de proximidade com os clientes, contribuindo para dar resposta às suas ambições e projetos financeiros.*

Portugal estará condenado à desertificação da maior parte do território, com todos os perigos daí decorrentes, quando assenta a sua organização territorial e coesão social

exclusivamente na base económica com a maximização absoluta do lucro, sem solidariedade entre litoral e interior, entre cidades e zonas rurais, entre unidades mais lucrativas e unidades menos lucrativas;

A esta agência de Caria desloca-se população de concelhos e freguesias limítrofes;

O índice de utentes idosos é muito elevado sendo esta faixa de população constituída por muitos pensionistas que para além de outros serviços bancários acedem quotidianamente às suas reformas e pensões;

As alternativas eletrónicas online não estão à disposição da grande maioria dos cidadãos desta faixa etária, por razões, desde logo, de natureza económica e financeira, mas também por falta de conhecimento e de confiança nos sistemas e em si próprios;

Que para os utentes em geral, comerciantes e outros profissionais esta representa a proximidade dos serviços bancários indispensável;

Ao Estado, incumbe o especial dever de permitir a todos, independentemente do local onde trabalhem ou residem, em Portugal, usufruir de padrões mínimos de dignidade nos quais se inserem obviamente o acesso aos serviços públicos, ou privados, oferecidos por quaisquer entidades às populações.

A esta realidade soma-se a questão da Interioridade e todos os constrangimentos atinentes a esta factualidade, que a materializar tal desiderato obrigará a deslocações, de uma população em grande parte idosa, sem quaisquer meios para tal.

Esta tomada de posição, unilateral, coloca em causa os objetivos prioritários traçados pelo Governo da República, nomeadamente aqueles que estão por base à criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que reafirma o Interior como um aspeto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial.

O Município de Belmonte está obrigado a lutar incondicionalmente, ao lado das populações, porque o Interior não pode morrer de maduro, somos e teremos de ser contra qualquer política que vá contra e ao arrepio dos princípios da igualdade, dignidade e da coesão territorial.

No caso de aprovação da moção, deverá esta ser comunicada aos órgãos sociais da Caixa de Crédito Agrícola, devendo dar conhecimento desta a todos os seus associados, bem como às entidades bancárias supervisoras.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida a 27/06/2025 delibera:

1- Manifestar o mais vivo repúdio pelo encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola em Caria

2. Que a Câmara Municipal de Belmonte e as Juntas de Freguesia desenvolvam todos os esforços junto da Caixa de Crédito Agrícola ou de outras entidades, no sentido de continuarem a ser prestados serviços bancários em Caria;

3. Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, à Assembleia da República, à Câmara Municipal de Belmonte, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho, à ANAFRE e à comunicação social a fim de ser difundida na imprensa local, regional e nacional

4. *Solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro que interceda junto da administração da Caixa Agrícola no sentido de ser revertido o encerramento desta Agência de Caria.”*

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Autarquia belmontense questiona administração da Caixa de Crédito Agrícola.

A Câmara de Belmonte vai questionar a administração da Caixa de Crédito Agrícola sobre o facto de ter reaberto recentemente o seu balcão na freguesia da Benquerença, concelho de Penamacor, quando se prepara para fechar, a 31 de julho, o balcão de Caria, no concelho de Belmonte.

O tema foi levado à reunião pública do Executivo pelo vereador da CDU, Carlos Afonso, que se deslocou a esta localidade, onde agora esta instituição bancária funciona às terças e quintas-feiras, entre as 8:30 e as 12 horas, e entre as 13 e 15 horas.

O Vereador questionou qual o critério seguido, uma vez que naquela freguesia haverá cerca de 400 eleitores, e em Caria, cerca de 1700.

O Vice-Presidente da Câmara, Paulo Borralhinho, prometeu questionar a administração, lamentando que esta tome “dois pesos e duas medidas” diferentes.

Onde está a responsabilidade social de que tanto fazem publicidade?

Onde se encontra a força dos consumidores que tanto dizem proteger com o slogan “o cliente tem sempre razão”?

Recorde-se que no passado dia 7 a população de Caria saiu à rua, para contestar o fecho da única instituição bancária na vila, ameaçando retirar de lá todas as suas poupanças. “o cliente tem sempre razão”.

A falta de rentabilidade do balcão é a razão apontada pela Caixa para fechar as suas portas, garantindo, no entanto, que manterá o terminal multibanco.

Onde se encontra na medida de encerramento o desenvolvimento regional para o qual tanto dizem contribuir?”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Esta Moção que foi apresentada de Repúdio pelo Encerramento da Caixa Agrícola de Caria, não sei se estão recordados, mas no dia 30/06/2022, já tinha sido aprovada aqui uma Moção na altura por causa do horário de funcionamento da Caixa, em que questionámos isso, e foi aprovado também instar a Administração da Caixa, para ver qual é que era a sua intenção relativamente ao futuro da agência. Esta moção obteve resposta no dia 20/07/2022, penso que foi também dado conhecimento a todos os Deputados Municipais em que eles diziam que a Caixa Agrícola iria funcionar nos modos atuais, mas que iriam revendo a situação no futuro. E foi com a alguma apreensão nossa que realmente viemos a verificar que a situação radical é de encerrar o balcão de Caria. Efetivamente que também veio na comunicação social que no ano 2024, a Caixa Agrícola obteve um resultado

líquido positivo, superior a quatro milhões de euros o que permitiu aumentar em três milhões de euros do capital social. O seu Presidente disse que via com um enorme agrado, que a Caixa hoje está melhor preparada para lidar com as dificuldades que estava há um ano atrás. Portanto não podemos aceitar que a Caixa feche embora não podemos dar como exemplo a Caixa de Benquerença isto porque a Caixa de Benquerença não pertence à mesma Administração da Caixa de Belmonte, o que não quer dizer que não sirva de exemplo, se eles o quiserem seguir. Nós somos contra o encerramento de qualquer serviço seja em qualquer localidade do concelho de Belmonte, porque este serviço ao enfraquecer as localidades, enfraquece também o próprio concelho e dizer também que às vezes quando somos acusados que nada fazemos, recentemente o Senhor Presidente da Junta de Caria, e que está aqui, sabia perfeitamente que temos andado a lutar para que o posto de Caria não encerre pois é uma outra situação que dia após dia também se tem tentado fechar ou reduzir o serviço. Portanto aqui estamos a tomar as nossas posições naquilo que podemos fazer, sabemos bem que se trata de uma entidade privada e que nem sempre é fácil fazer essas diligências com a facilidade que nós pretendíamos. Mas quando assim não podemos deitar a “toalha ao chão” e aqui está esta Moção que foi apresentada para ser apreciada. Muito obrigado.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que gostava de ler uma Declaração de Voto e que naturalmente gostariam que a mesma acompanhasse depois o Extrato de Ata ou a Certidão, que posteriormente seria enviada às entidades referenciadas.

Referiu que gostava de deixar uma nota prévia apenas para salientar o que tinha sido dito em off, uma vez que não eram comparáveis as realidades das agências e, portanto, quem conhecia um pouco do setor bancário como era o caso do Senhor Vice-Presidente, sabia que uma localidade com cinco habitantes podia ser uma agência muito mais lucrativa de que uma com dois mil. Logo era importante perceber o que é que estava na origem da decisão da Caixa de Crédito Agrícola.

Asseverou que na verdade a Caixa de Crédito Agrícola, não tinha o envolvimento necessário nomeadamente em investimento, em financiamento que deveria ter. Logo não eram realidades diretamente comparáveis.

Dito isto, apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de voto.

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a esta Assembleia Municipal uma recomendação para que a Câmara Municipal de Belmonte reúna com a administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e procurem, pela via do diálogo, encontrar uma solução que permita manter a agência aberta na Vila de Caria. Essa recomendação para o diálogo foi rejeitada pelo Partido Socialista.

Esta moção apresentada pelo PS é uma moção de repúdio, não de censura! O PS não quis consensualizar com os restantes grupos parlamentares a redação da moção, e quer

assim radicalizar e fechar as portas a uma solução. Em bom português, repúdio significa rejeitar ou desprezar. Trata-se, portanto, de uma moção apresentada pelo PS, a uma empresa privada, dizendo-lhe que a rejeita ou a despreza. Será esta a forma de dizermos a alguém, ou a uma entidade, que precisamos dela?

Com esta moção o PS tenta fazer um brilharete para a opinião pública tendo como objetivo o de camuflar a inércia da Câmara Municipal, nos últimos 4 anos, mas também nas últimas duas décadas, que coincidem com o PS no poder. Esta Câmara, e este Executivo em particular, ficarão na história pela falta de capacidade de execução, pela falta de dinamismo e por uma nova forma de corrida: o trail dos desinvestimentos. Também conhecido como correr atrás do prejuízo, ou seja, reagir, tarde ainda por cima, e não antecipar.

Preocupa-nos que o PS não tenha ainda percebido que o declínio geral a que conduziu o concelho tem como consequência o encerramento de serviços, tais como a saída do Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. A grande fatia da responsabilidade é do PS e em particular da Câmara Municipal de Belmonte, que nada fez para dinamizar a economia local, em todo o concelho, mas em particular na freguesia de Caria. Devo, de resto, deixar aqui uma nota de elogio aos Senhores Presidentes de Junta deste concelho, bem como aos Presidentes das Coletividades que, durante todos estes anos muito contribuíram para que o declínio demográfico, de empresas e de infraestruturas não seja total.

Mas quero concretizar com um exemplo, e não usar simplesmente o instrumento de retórica como o PS faz. Quando a Carveste encerrou a atividade, os pavilhões dessa empresa poderiam e deveriam ter sido aproveitados para um entro de desenvolvimento da freguesia e do concelho, com a compra e posterior arrendamento de espaços para indústria, logística ou outras atividades que captassem investimento. Pois uma vez mais o município não fez o que lhe competia. Há relativamente pouco tempo, um empresário conhecido perguntou ao proprietário do espaço as condições para o arrendamento de um armazém. Pasmese, o preço proposto é claramente acima do valor cobrado na Covilhã, no Tortosendo ou no Fundão. Pergunto, pois, como pode assim atrair-se empresas? Não se consegue assim sair do ciclo vicioso, que leva ao encerramento de atividades, e neste caso à saída do Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Recordo que há mais de 2 anos, aqui nesta Assembleia, alertei para este desfecho. Disse que se a câmara não procurasse inverter a tendência do declínio, o encerramento desta, e de outras empresas privadas, mais pequenas ou maiores, seria uma consequência. Como dissemos há 4 anos, e que infelizmente não nos enganámos, muitas das atividades económicas no concelho estão em risco, porque o mercado interno, nomeadamente de bens não transacionáveis, não garante já a sua rentabilidade mínima para continuarem abertos.

Nesta dualidade entre aceitar as virtudes de mercado, e o dirigismo central, de quem entende que ao Estado compete fazer tudo, o Partido Socialista confunde Caixa de Crédito Agrícola com Caixa Geral de Depósitos. Esta sim, pública, e que deveria ter outras

preocupações sociais. Desafio, portanto, o PS a apresentar uma moção para que seja a Caixa Geral de Depósitos a prestar os serviços bancários na vila de Caria.

De forma nenhuma ficamos satisfeitos com a decisão do Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Tudo continuarei e continuaremos a fazer para que a réstia de esperança da manutenção não desvaneça ou se apague. Estamos de facto muito preocupados com a saída desta instituição, vital para a vila de Caria e do concelho. E estamos sempre, sem qualquer reserva, do lado das pessoas. Mas seguramente não é esta a forma de se fazer as coisas, isto é, repudiando! Não faz um apelo a uma instituição privada, nem a convoca para a mesa de negociação, mas simplesmente repudia. Ao longo destes últimos anos, tantos negócios fecharam no concelho, e não me recordo de o PS ter repudiado essa decisão de empresas privadas.

Se há dúvidas do carácter estritamente político, e não construtivo desta moção, atente-se ao seu final onde o PS pede que a moção de repúdio seja distribuída pela comunicação social e pede ao Primeiro-Ministro que diga a uma empresa privada o que deve fazer.

Em suma, esta moção está errada na forma, é incompleta, despreza e rejeita o Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, e, fundamentalmente, sacode a água do capote da responsabilidade evidente da ausência do PS e da Câmara Municipal. Além disso, não contribui para uma decisão, mas antes fecha mais portas em lugar de fazer pontes, tal como fica evidente na rejeição do PS à recomendação para reunir e negociar com a CCAM. Perante o exposto, este Grupo Parlamentar só pode, de forma verdadeira e honesta, e abster-se.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e referiu que no início da Sessão a Bancada do PSD, tinha apresentado uma Recomendação para aprovação na Assembleia Municipal e não para o Executivo, tendo -se mostrado disponível para a Bancada do PPD/PSD, lhe enviasse essa Recomendação para em termos de Executivo fazerem as démarches necessárias.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e elogiou a atitude do Senhor Vice-Presidente, pois era assim que se construía e que perante esta disponibilidade da Câmara Municipal o PS deveria retirar a Moção de Repúdio, pois a mesma seria um obstáculo à negociação. Deixando assim o seu desafio à Bancada do PS.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e lembrou que esta Moção tinha estado na reunião de Comissão Permanente.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Moção de Repúdio pelo Encerramento do Balcão Bancário da Caixa Agrícola na Vila de Caria” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções da Bancada do PPD/PSD (8) e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1), pelo que a “Moção de Repúdio pelo Encerramento do Balcão Bancário da Caixa Agrícola na Vila de Caria” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

3.8-Apreciação e votação do Voto de Pesar pela morte do Padre José Martins Registo

Foi presente pela Bancada do Partido Socialista na Sessão de Assembleia Municipal o “Voto de Pesar: Pela morte do Padre, José Martins Registo”, que se transcreve integralmente.

“Voto de Pesar:

Pela morte do Padre, José Martins Registo

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Belmonte, apresenta um profundo voto de pesar, pelo falecimento, no passado dia, 30 de maio de 2025, com 88 anos de idade, do Padre José Martins Registo, figura marcante da vida religiosa local, que durante muitos anos desempenhou com dedicação o papel de pároco nas comunidades de Belmonte e Colmeal da Torre.

Ao longo da sua vida destacou-se pelo trabalho, envolvimento e proximidade junto de diversas associações, instituições e da população do concelho, sendo reconhecidamente uma presença de seriedade e humildade, tendo-lhe sido atribuída em 2016 a medalha de mérito Municipal.

Propomos, assim, um Voto de Pesar a expressar pelo Município de Belmonte homenageando a memória do Padre José Martins Registo, reconhecendo os seus significativos contributos junto da comunidade e do seu trabalho em Belmonte e Colmeal da Torre.

Neste momento de luto, consideramos propor o envio do presente Voto de Pesar ao Bispo Diocesano, D. José Miguel Barata Pereira, bem como à família enlutada para que esta possa encontrar conforto na lembrança das virtudes e contribuições inestimáveis do Padre José Martins Registo, que transcenderam o seu papel religioso.

Assim, Assembleia Municipal de Belmonte, na sua Sessão Plenária de 27 de junho de 2025, delibera, manifestar o seu profundo pesar e presta a justa homenagem, pelo falecimento do Padre José Martins Registo, e endereça aos amigos, paroquianos, e toda a comunidade católica do Concelho Belmonte as mais sentidas condolências.”

O Senhor Deputado Carlos Gomes (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Queria só perguntar ao Executivo.

Vai ser feita uma homenagem no Colmeal da Torre ao Senhor Padre Registo e bem. Compete à Câmara dar o nome das ruas do concelho e porque é que não o fizeram também em Belmonte? Eu acho que as gentes de Belmonte, também merecem uma homenagem ao Senhor Padre Registo. Foi feito à pressa. Deviam ter feito as duas em conjunto. E porque é que não é feita em Belmonte.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Voto de Pesar pela morte do Padre José Martins Registo” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor, da Bancada do PS (10), da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), pelo que o “Voto de Pesar pela morte do Padre José Martins Registo” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.*

*Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.*

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Múncipes ficou encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 13:24 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário